

Universidade Federal de Minas Gerais  
Programa de Formação de Conselheiros Nacionais  
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e  
Movimentos Sociais

Vivian de Souza Meira

A JUVENTUDE NEGRA NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIO  
RACIAIS NO ESPÍRITO SANTO

Vitória

2010

Vivian de Souza Meira

A JUVENTUDE NEGRA NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIO  
RACIAIS NO ESPÍRITO SANTO

Monografia apresentada à  
Universidade Federal de Minas Gerais como  
requisito parcial para obtenção do título de  
especialista em  
Democracia Participativa, República e  
Movimentos Sociais.

Orientador: Maria Amélia  
Gomes de C. Giovanetti

Co-orientador: Flavia Pereira  
Xavier

Vitória

2010

## DEDICATÓRIA

Dedico este estudo ao Fórum Estadual  
da Juventude Negra (FEJUNES),  
e em especial à meu irmão  
Vitor Hugo de Souza Meira (In memoriam).

## AGRADECIMENTOS

Foram muitos, os que me ajudaram a concluir este trabalho.  
Meus sinceros agradecimentos...

...a Deus, por me presentear com uma vida maravilhosa e pessoas tão especiais  
que estão ao meu lado;  
...à minha Mãe, guerreira que tanto me orgulho;  
...à minha família, pela confiança e pelo apoio;  
...aos amigos e amigas pela amizade sincera;  
...à família Moraes, e principalmente à “tigrinho” pelo respeito, carinho e apoio;  
...à Áurea pela sensibilidade, orientação e sabedoria;  
À Flávia pela dedicação quanto a orientação deste estudo, pelo cuidado, estímulo e  
paciência;  
...ao FEJUNES, espaço criativo e criador que me estimula a sempre permanecer na  
luta e acreditar no potencial do ser humano e na transformação desta sociedade;

“João”

(Alma D’Jem)

Nasceu um menino iluminado  
talvez no país errado  
com um futuro promissor de  
vendedor de balas em trem  
cresceu e antes das primeiras letras  
já madrugava nas feiras  
única maneira além do crime de  
tentar sobreviver  
chama João  
manda despertar que um novo dia  
vem aí  
venceu, e não aceitava fácil que o  
preço de seu cansaço  
não lhe garantisse pelo menos a  
sua dignidade pra viver  
e levava pelos becos palavras de  
luta  
e desafiava  
falava nas ruas  
era a voz dos que tem voz, e há  
muito tempo se  
calaram sem coragem pra dizer  
chama João manda dispersar  
que os homens da lei vem aí  
(atenção todas as viaturas  
elemento suspeito

fortemente armado  
com palavras de alto calibre  
que podem abalar seriamente as atuais  
estruturas sociais)

morreu  
mais uma injustiça pra se lamentar  
nada que não aconteça o tempo todo,  
todo dia por aqui

uma bala perdida com endereço  
certo pode ser o fim de um homem que  
não aceita quieto  
dominação  
exploração  
impunidade  
abuso de poder  
e não ficava calado  
vendo injustiça  
nem pra deputado,  
E nem vai ter polícia que apague as  
Idéias  
porque as idéias são sementes que não  
param de crescer

chama João  
manda despertar que um novo tempo  
vem aí...

## RESUMO

Este trabalho aborda o envolvimento dos jovens do Fórum Estadual da Juventude Negra (FEJUNES) na organização de lutas e atividades que se propõe a enfrentar o racismo que se manifesta através das restrições ao acesso a bens e serviços públicos, na barreira quanto a participação na distribuição da riqueza socialmente produzida, na desvalorização dos elementos culturais afro, bem como nos altos índices de violência letal que atinge prioritariamente os jovens negros, pobres e de comunidades populares.

Os jovens do FEJUNES expressam uma angústia proferida não só pela violência letal da qual estão submetidos, mas também a violência simbólica que destrói a identidade, a auto-estima e fragiliza as perspectivas de vida de grande parte da população negra capixaba.

É através de sua atuação que serão delineadas as perspectivas que revelam as demandas reivindicadas pelo Movimento negro capixaba quanto a necessidade de desenvolvimento de programas interinstitucionais que pautem a autonomia e o respeito à diversidade cultural existente no estado e no país, bem como o enfrentamento ao extermínio da juventude negra capixaba.

**Palavras-chave:** juventude negra, extermínio, racismo, violência letal e simbólica.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- GRÁFICO 1 – Caracterização das vítimas de homicídios no Espírito Santo por faixa etária
- GRÁFICO 2 – Índice de homicídios por sexo no Espírito Santo
- GRÁFICO 3 – Caracterização por cor da pele das vítimas de homicídios no ES
- GRÁFICO 4 – Homicídios de jovens brancos por faixa etária
- GRÁFICO 5 – Homicídios de jovens com a cor da pele não identificada por faixa etária
- GRAFICO 6 – Homicídios de jovens pretos por faixa etária
- GRAFICO 7 – Homicídios de jovens pardos por faixa etária

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Sexo e raça das vítimas de homicídios no Espírito Santo



## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>   | <b>10</b> |
| <b>2 OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA</b>  | <b>14</b> |
| <b>2.1 OBJETIVO GERAL</b>   | <b>14</b> |
| <b>2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>  | <b>14</b> |
| <b>2.3 JUSTIFICATIVA</b>  | <b>15</b> |
| <b>4 METODOLOGIA</b>  | <b>17</b> |
| <b>5 A ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE NEGRA CAPIXABA</b>                                      | <b>21</b> |
| <b>6 CONTEXTUALIZANDO AS CONDIÇÕES DA JUVENTUDE NEGRA</b>                               | <b>30</b> |
| <b>7 A ESSÊNCIA NEGRA COMO BASE NA LUTA CONTRA O RACISMO</b>                            | <b>40</b> |
| <b>8 O EXTERMÍNIO DE PERSPECTIVAS E SONHOS</b>  | <b>46</b> |
| <b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>   | <b>55</b> |
| <b>10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>  | <b>58</b> |
| <b>ANEXO A . ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA NOS JOVENS DO FEJUNES</b>                   | <b>63</b> |
| <b>ANEXO B . DOCUMENTO INSTITUCIONAL DO FÓRUM ESTADUAL DA JUVENTUDE NEGRA - FEJUNES</b> | <b>64</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa apontar de forma simples e por meio de relatos de jovens militantes, os caminhos e percursos traçados pelo Movimento da Juventude Negra capixaba para elucidar a efetividade do extermínio programado dos jovens negros no estado do Espírito Santo.

Antes é necessário expressar que não é pretendido desvelar as múltiplas facetas que recobrem o racismo e as formas que estão impregnadas nas relações humanas e nas instituições sociais que tornam a prática da violência algo banalizado ou naturalizado, pois isso com certeza demanda maior estrutura, tempo, recursos e um estudo mais aprofundado acerca da construção social que rege as relações desiguais entre culturas e seres humanos, mas no entanto serão abordados aspectos que conformam as condições e relações sociais da qual a população negra e mais especificamente a juventude negra vivencia.

Seguindo uma bandeira de âmbito nacional levantado pelos movimentos negros, o Fórum Estadual da Juventude Negra (FEJUNES) propõe-se a pautar a elevada violência urbana da qual as jovens negras, pobres, de comunidades populares estão submetidos, haja vista a cultura racista e discriminatória existente no país.

Na atualidade o Movimento Negro, com ênfase na juventude, propõe o reconhecimento pela sociedade e pelo Estado do extermínio programado da juventude negra. Estes apontam através de dados estatísticos promovidos por institutos como o Observatório de Favelas, que publicou o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA): Índice preliminar dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes (2009), a UNESCO com a publicação do Mapa da Violência IV: Os jovens do Brasil (2004) e as produções desenvolvidas através do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que a juventude é o grande alvo da violência urbana, sendo que os jovens negros são as maiores vítimas de violência letal, simbólica e institucional no país.

O movimento de juventude negra capixaba propõe através de sua atuação relacionar os indicadores de violência letal aos mecanismos e recursos de responsabilidade do Estado e da sociedade, utilizados para suprimir as manifestações culturais afrodescendentes, revelando um quadro de grave violação aos direitos humanos desta população.

É assim que este coletivo pauta o enfrentamento ao extermínio da juventude negra através de perspectivas autônomas e organizadas destacando-se dentre os movimentos sensíveis à causa do povo negro na realidade capixaba, trabalhando em meio à sociedade civil e nos espaços públicos o entendimento sobre a condição da juventude negra na busca de políticas públicas que atuem efetivamente na reparação de séculos de escravidão, de opressão ao povo negro e superação do racismo e da discriminação étnico racial.

Para o desvelamento acerca da efetividade do extermínio programado da juventude negra o estudo em questão se baseia nas condições de vida da população negra no contexto atual, e mais particularmente na realidade capixaba onde os jovens compõem o grande número de vítimas de violência letal, simbólica e cultural. Esta discussão será realizada sem perder de vista os rebatimentos advindos da construção social, econômica e política do país que conformaram tal problemática na realidade brasileira e mais especificamente no Espírito Santo.

O caminho percorrido para concretização desta pesquisa se baseou em uma abordagem qualitativa, para que fossem identificados os fenômenos que dão vida a organização da juventude negra capixaba. Além disso, tal abordagem propiciou a captação de significados que caracterizam os principais anseios e objetivos dos jovens inseridos no Fórum, permitindo identificar os questionamentos e reivindicações que estes fazem incidir sobre o contexto social.

A abordagem qualitativa realizada neste trabalho seguiu o entendimento de Gomes, Faria e Bergo (S/d), buscando tratar da complexidade e especificidade dos fenômenos humanos, em especial a centralidade da dimensão simbólica, ou seja, a circulação de significados que caracterizam toda atividade humana. Além disso, a busca da compreensão do contexto sociocultural que está inserido este movimento possibilitará a construção de elementos fundamentais para absorver as finalidades

acerca da práxis desse grupo. Após tal identificação será possível perceber como o fórum prepara seus arranjos para qualificar sua atuação.

Outro aspecto que essa abordagem concentra é a dimensão de como essa organização é percebida e absorvida em determinados espaços e como são compreendidas suas considerações, que visa denunciar a problemática social que vivenciam.

Entendendo que a relevância deste enfoque requer maior aproximação junto ao objeto de pesquisa, a análise empírica não pode fugir da revisão bibliográfica que então contextualizará a organização deste movimento no cenário capixaba e apontará os caminhos por onde os movimentos sociais negros perpassaram para introjetar suas demandas no meio social. Estas bibliografias nortearam a criação de uma série de sugestões à pesquisa proposta.

O Livro “A construção Social da Subcidadania: Para uma sociologia Política da Modernidade Periférica”, de Jessé Souza (2006) é fundamental no sentido de abrir a discussão que trata da construção social que cria identidades aos segmentos considerados superiores e subalternizados. Além disso, uma obra substancial que trata a respeito da organização e perspectiva da luta do povo negro caracterizando seu sentido e luta está bem descrita no livro “O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998” de Marcos Antônio Cardoso (2002). Ambas literaturas constituem-se no norte teórico no debate encontrado nesta produção.

A fim de compreender e observar com maior propriedade o entendimento sobre a realidade da juventude capixaba e as propostas defendidas pelo FEJUNES, foram resgatados os registros elaborados pelos membros deste coletivo desde o seu surgimento, e foi realizada entrevistas junto aos militantes deste movimento social.

As entrevistas produzidas junto aos militantes do FEJUNES foram breves, com roteiro semi-estruturado e restringiram-se a observar o que caracterizam como extermínio da juventude negra e como pautam esta demanda no seio da sociedade e no Estado. Esta então, é o que fundamenta a análise produzida neste trabalho, pois é o que identifica as interações reais entre os sujeitos pesquisados e a problemática em questão.

É importante destacar que a observação participante também faz parte desta produção, pois parte-se do princípio de que a compreensão do significado de um comportamento ou evento só é possível em função da compreensão das inter-relações que emergem de um dado contexto (ALVES-MAZZOTI,1991), neste sentido foi possível a participação em reuniões e atividades promovidas pelo coletivo.

Outro recurso utilizado foi a utilização de dados estatísticos acerca das vítimas de homicídios ocorridos no Espírito Santo, e estão disponíveis no site da Secretaria de Segurança Pública do Estado (SESP). Esses dados possibilitaram o cruzamento de informações que melhor caracterizaram as vítimas de violência no estado.

As abordagens realizadas para identificação do objeto de pesquisa requereram uma aproximação mais direta e prolongada de suas ações, e foi esta condição que gerou uma maior quantidade de descrições acerca das interações e comportamentos, além de oportunizar a identificação das experiências e expectativas do FEJUNES à partir de um outro ângulo.

A revisão teórica se fez presente no processo de produção desta pesquisa, assim como foram identificados novos levantamentos bibliográficos que foram acrescentados ao trabalho na medida em que o estudo exigiu tais inovações e inserções.

Esta produção seguiu por discussões que foram ponderadas pelo FEJUNES acerca da organização de suas atividades e suas principais demandas e reivindicações. Neste sentido, o primeiro capítulo se concentra na identificação do movimento social em questão imerso na realidade capixaba. Com isso busca-se apreender a propostas e perspectiva na militância étnico racial que este coletivo se propõe a organizar.

No próximo capítulo serão abordados aspectos que identificam as condições da população negra no país e na realidade capixaba, observando índices estatísticos que permitam caracterizar as condições de vida da população pobre, negra e de comunidades populares, além de identificar as ações públicas que incidem sobre este segmento observando seus impactos e resultados.

O terceiro capítulo trata de abordar as desigualdades nas relações humanas provocadas por concepções ideológicas embasadas no racismo. Serão feitas considerações que revelam os desafios colocados à sociedade e ao Estado acerca da necessidade de reconhecimento e combate à cultura que oprime as manifestações étnico raciais do povo negro, revelando que estas concepções trazem danos fortemente profundos no indivíduo limitando e oprimindo sua perspectiva de vida.

No quarto capítulo é abordada mais especificamente a demanda indicada pelo coletivo do FEJUNES acerca do Extermínio da Juventude Negra capixaba. Neste momento são conjugadas as considerações dos “fejunianos”<sup>1</sup> que apontam os elevados índices de violência que a juventude negra está submetida aos dados estatísticos que apresentam os homicídios ocorridos no Espírito Santo. Isso oportunizou então a identificação dos sujeitos mais vulneráveis à violência simbólica e institucional que culmina na elevação da morte física da juventude e no aprisionamento da cultura negra brasileira.

É através de tais sessões que se pretende exprimir as contribuições que o Fórum Estadual da Juventude Negra trás a respeito da realidade capixaba, revelando o comprometimento desses com a luta anti-racista, e sua preocupação com o que consideram a raiz da problemática que extermina física e simbolicamente a juventude negra capixaba.

## **2. OBJETIVO E JUSTIFICATIVA**

### **2. 1. OBJETIVO GERAL**

Identificar através da atuação do Fórum Estadual da Juventude Negra do Espírito Santo – FEJUNES a efetividade do extermínio programado da juventude negra.

### **2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

---

<sup>1</sup> Essa denominação caracteriza os jovens participantes do FEJUNES.

- Analisar as práticas do Estado e a postura da Sociedade diante das denúncias proclamadas pela juventude negra capixaba;
- Expor as denúncias que a juventude negra capixaba realiza para revelar o agravamento da violência, discriminação e preconceito étnico-racial à qual a população jovem e negra brasileira está submetida;
- Analisar os impactos de um contexto discriminatório e anti-democrático que incide sobre a juventude negra;

### **2.3 JUSTIFICATIVA**

O Estado do Espírito Santo de acordo com a pesquisa divulgada no Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros (WAISELFISZ, 2008) aponta que dos cinco municípios da Grande Vitória, quatro estão entre as vinte cidades que apresentam a maior taxa de homicídios proporcional em nosso país. Sendo que a Serra e a capital, Vitória, estão respectivamente na 4<sup>o</sup> e 13<sup>o</sup> colocação. Além disso, conforme dados do Sistema Único de Saúde (SUS), referentes aos anos de 2006 e 2007, 59.896 jovens negros foram assassinados no País, contra 29.892 brancos. Tais estudos indicam que desses jovens alvos da violência a grande maioria é negra do sexo masculino, pobre, e de comunidades populares.

De acordo com estudos apresentados na Pesquisa: Análise Ecológica dos acidentes e da Violência Letal em Vitória no ES, (BASTOS, 2009) os óbitos por homicídio incidem majoritariamente em jovens negros, representando 84% do total de mortes, sendo a maioria de comunidades populares.

O que se observa nestes dados é que a violência letal tem um foco de incidência que recai sobremaneira sobre os homens jovens, negros, de comunidades populares. No entanto, poucos estudos chegaram a um maior aprofundamento que alcance a dimensão que explicita que essa juventude além de possuir características bastante particulares quanto aos aspectos que os identificam física e territorialmente, esses possuem vidas quase sempre permeadas por

históricos de violência e de poucas oportunidades que os garantam outras perspectivas de vida.

Os homens são sim as grandes vítimas de violência, no entanto, não é possível perder de vista que a violência apresenta múltiplas facetas e com isso as mulheres jovens e negras vem assumindo a cada dia um lugar de destaque quanto à marginalização e discriminação efetivadas principalmente, através do racismo institucional promovido por instituições sociais e pelo Estado. Ou seja, o racismo se constitui como elemento central numa discussão que observa que tanto o homem como a mulher negra são vítimas em potencial de uma violência simbólica e física que a cada dia aprofunda e legitima as desigualdades entre as culturas.

De acordo com o FEJUNES (2009) frente a essa realidade é observado que inexistem ações de valorização da cultura negra e popular numa perspectiva autônoma, emancipatória e de respeito à cultura afro brasileira, bem como, há poucos trabalhos e políticas públicas que enfrentem efetivamente a desigualdade de gênero em relação a jovem negra, e por fim as políticas sociais ainda são pontuais, superficiais e fragmentadas fragilizando a possibilidade de potencializar o indivíduo permitindo a constituição de oportunidades reais de acesso e realização de direitos.

Durante um ato público realizado no dia 20 de novembro de 2009, organizado pelo FEJUNES para denunciar o extermínio da juventude negra e cobrar a efetivação da Lei 7.723/2004<sup>2</sup>, foram feitas considerações que apontam que o Estado concentra ações repressivas e punitivas à população negra e mantém seus aparatos administrativos com perspectivas que pouco valoriza e gera oportunidades reais e garantias dos direitos destes.

Além disso, uma crítica levada adiante pelos movimentos sociais e, mais especificamente pelo movimento negro capixaba está direcionada à mídia e canais de comunicação ao repassarem à sociedade padrões e ideais de posturas e comportamentos bastante distantes da realidade brasileira. Esses repassam uma idéia que privilegia as características da população branca, mesmo num contexto onde de

---

<sup>2</sup> Essa lei que institui a política de promoção da igualdade racial em âmbito estadual, foi sancionada pelo Governo do Estado em 2004.



acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no ano de 2005, quase a metade da população, ou seja, 91 milhões de brasileiros se declaram da cor parda ou preta.

O Movimento Negro pontua ainda que os canais de comunicação servem à ideologia conservadora que dissemina no ideário social o mito da democracia racial, que além de negar as práticas racistas e discriminatórias, naturaliza as relações desiguais entre os indivíduos. Este é então um grande desafio colocado aos movimentos sociais no sentido de descortinar tal mito que camufla o racismo, o preconceito e a discriminação que suprime a cultura negra e suas características através de uma idéia de igualdade, respeito e irmandade.

Importa considerar que esta produção aborda um tema ainda não muito explorado e reconhecido nos espaços acadêmicos, seja pela sua atual discussão, bem como, pela divergência de opiniões existentes na academia e na sociedade. Neste sentido é ansiada a efervescência do debate acerca da violência relacionada ao extermínio da juventude negra capixaba, tendo em vista a consideração de uma demanda legítima levantada pela sociedade, através do FEJUNES.

### **3 . METODOLOGIA**

Este trabalho segue uma abordagem qualitativa, desenvolvida através de entrevistas junto aos jovens do FEJUNES, bem como, por meio da análise de pesquisas e bibliografias que consideram a realidade deste segmento no estado.

Esta produção contou com duas grandes etapas gerais que se distribuíram em análise e materialização da abordagem teórica e realização de entrevistas junto aos “Fejunianos” para aproximação das discussões realizadas pelo coletivo no cenário capixaba, o que permitiu enfim o cruzamento da abordagem teórica e empírica para desvelamento do questionamento central deste trabalho. Importa destacar que os caminhos e percursos para alcance desta produção, foram organizados por uma única pesquisadora, sendo esta a responsável por arquitetar as

estratégias de captação das informações através das entrevistas, e responsável por garantir a confiabilidade necessária para elaboração deste trabalho.

A etapa inicial desta pesquisa buscou identificar estudos que tratam sobre a construção social dos ideais e padrões humanos de comportamentos e imagem, dados que descrevam a condição da população negra e mais especificamente da juventude negra no país e sua organização para inserir no Estado e na Sociedade suas reivindicações. Além disso, é através da abordagem bibliográfica que se pretende observar o quanto que o mito da democracia racial busca nivelar sob condições desiguais as relações entre brancos e não brancos no país.

O segundo momento desta pesquisa consistiu na elaboração de um roteiro que norteou as entrevistas realizadas junto aos jovens do FEJUNES, com a finalidade de captar o ponto de vista destes sujeitos sociais. A aplicação desta entrevista se concentrou em seis (06) jovens que possuem participação mais ativa no coletivo e foram selecionados por meio de sorteio aleatório, dentro de um universo de aproximadamente vinte (20) pessoas mais envolvidas nas atividades deste coletivo. Interessa destacar que sendo a amostra uma quantidade reduzida dos participantes, não será possível revelar aqui neste trabalho a heterogeneidade dos participantes do fórum, mas estes representam a unidade do movimento, haja vista o engajamento e a defesa política que possuem.

Para identificação prévia dos participantes do FEJUNES foi analisada a lista de presença das reuniões ocorridas à partir de julho de 2009 à janeiro de 2010. As entrevistas foram realizadas por uma única entrevistadora que desenvolveu as entrevistas em locais diferenciados de acordo com as possibilidades dos entrevistados. Essas entrevistas foram gravadas e a transcrição foi realizada pela própria entrevistadora.

Interessa destacar que os instrumentos de pesquisa foram construídos à partir do envolvimento da pesquisadora no campo, absorvendo os anseios dos jovens “fejunianos” e seus principais objetivos. É destaque que este roteiro se concentrou nas propostas que o FEJUNES possui de organização da campanha contra o extermínio da juventude negra que foi lançado em 13 de maio de 2008 em Vitória e é desenvolvida através de diversas ações e atividades que este coletivo organiza.

Os registros que notificam os índices acerca das ocorrências de homicídios praticados no Espírito Santo foram captados no site da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP). Estes se encontram alinhados numa seqüência de 10, e estão ordenados pela data de recebimento do corpo no Instituto Médico Legal (IML). Para organização das informações, estes dados foram copiados e transferidos para o programa *microsoft excel 2003*. Neste programa foi possível o cruzamento de dados e constituição de gráficos que descrevem e relacionam as informações obtidas na plataforma da secretaria.

As informações obtidas junto aos dados disponíveis no site da SESP foram analisados à partir de uma ótica que considera como eixo central da discussão a juventude negra capixaba. No entanto, apesar de ter sido possível a identificação das vítimas em potencial da violência que assola o estado, infelizmente não foi possível obter uma melhor descrição acerca dos casos de violência identificados, permitindo conhecer os motivos que culminaram na prática da violência, os executores e as situações que convergiram na ocorrência do fato.

É importante destacar que para efeitos deste trabalho será utilizada a categorização de juventude na faixa etária de 15 à 29 anos, que é reconhecida pelo Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). E a categoria que define a população negra, está de acordo com a convenção do IBGE que considera que aquele que se auto declara da cor preta ou parda, é, portanto um negro.

Além disso, o conceito utilizado de violência utilizado neste trabalho está de acordo com o que propõe Marilena Chauí (1999) que categoriza:

[...] violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos (CHAUÍ, 1999, p. 3).

É importante enfatizar que a violência, assim como propõe Michaud (1989) é percebida também como uma agressora às participações simbólicas e culturais de uma ou mais pessoas, desintegrando suas posses, sua integridade moral e física.

Ao ser abordada a violência praticada contra a juventude negra é pontuado um debate que gira em torno da violência urbana, com ênfase nos crimes contra a vida, sendo a violência institucional<sup>3</sup> e a simbólica<sup>4</sup> as autoras desta prática, percebidas como grandes desafios colocados ao movimento negro.

---

<sup>3</sup> A violência institucional de acordo com MOTTA (2010) é promovida, desenvolvida e estimulada pelo próprio Estado, que tem uma dupla via de realização, sendo que a primeira manifesta-se através da negação em favor das minorias privilegiadas, o acesso dos majoritários segmentos da população aos bens de vida e, a segunda, e não menos grave, consiste na estigmatização e criminalização das ações dos grupos e movimentos organizados.

<sup>4</sup> O conceito de Violência Simbólica é elaborado pelo sociólogo Pierre Bourdieu que a define como uma forma de coação que se apóia no reconhecimento de uma imposição determinada seja esta econômica, social ou simbólica. Este tipo de violência se funda na fabricação contínua de crenças no processo de socialização, que induzem o indivíduo a se posicionar no espaço social seguindo critérios e padrões do discurso dominante. No entanto, para o filósofo alemão Jürgen Habermas a violência simbólica pode ser realizada por meio de crenças dominantes, valores, hábitos e comportamentos que não necessariamente recorrem à agressão física, criando situações onde o indivíduo que sofre a violência simbólica sintá-se inferiorizado.

#### **4 . A ORGANIZAÇÃO DE JUVENTUDE NEGRA CAPIXABA**

O Fórum Estadual da Juventude Negra do Espírito Santo - FEJUNES é uma articulação a nível estadual deste segmento, que surgiu após o I Encontro Nacional da Juventude Negra (ENJUNE), realizado em julho de 2007 na cidade de Lauro de Freitas na Bahia. Este coletivo é fruto da aglutinação de jovens comprometidos com a transformação social e tem como objetivo organizar a Juventude Negra capixaba numa perspectiva autônoma, afrocentrada, quilombola, militante, protagonista, democrática, combativa e de resistência, na luta anti-racista, contra qualquer forma de opressão e pela Emancipação do povo negro (FEJUNES, 2009).

Este é um movimento social que faz parte de redes sociais complexas e integradas e que transcende a discussão étnico racial, seguindo numa atuação pautada pela cotidianidade de seus sujeitos sociais em busca da alteração da ordem social. Seus membros se relacionam de forma simbólica, solidarística e estratégicas e, apesar das singularidades, possuem identidade e identificações bastante comuns, embasada na caracterização geracional e racial (SCHERER-WARREN, 2006).

O FEJUNES reivindica-se como a primeira organização de juventude negra capixaba com denominação de fórum estadual que congrega entidades e pessoas. Este possui pautas internas e dialoga com outros movimentos sociais, não sendo necessariamente formado por entidades devidamente credenciadas com temáticas afins à discussão étnico-racial.

A identificação acerca do perfil de seus participantes é dificultada em virtude deste coletivo ser fluido e contar com pessoas que não possuem determinada frequência, mas, no entanto assumem sua pauta e desenvolvem atividades propostas pelo Fórum. O que é possível dizer é que o FEJUNES caracteriza-se por possuir predominantemente um perfil de jovens com idade entre 17 à 29 anos, negros, do sexo feminino, residentes nas periferias da grande Vitória e nas áreas urbanas do interior, estudantes da rede pública de ensino, universitários, inseridos no mercado de trabalho

formal ou informal e com envolvimento ou participação em outros espaços de militância política.

Em sua carta de princípios o FEJUNES prevê a defesa intransigente dos direitos humanos, sociais e coletivos da população negra, com maior ênfase para a juventude negra. Considerando demandas e necessidades relevantes à luta do povo negro o FEJUNES possui coordenações que pontuam questões que perpassam desde o direito dos quilombolas, das mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, travestis (LGBT), até trabalho, comunicação social, ações afirmativas e políticas de reparações (FEJUNES, 2007).

Após análise dos registros documentais do fórum<sup>5</sup> foi identificado que este coletivo possui um perfil afrocentrado, com caráter suprapartidário e sem vínculos religiosos. E de acordo com seus participantes são bem vindos à este espaço qualquer pessoa que seja sensível às necessidades deste segmento, acolhendo pessoas que não são necessariamente negros e ou jovens. Uma frase que evidencia esta postura está presente na fala do jovem Eduardo<sup>6</sup>, participante do Fórum:

Para ter consciência negra, não é necessário ser negro(a), basta ser aguerrido na transformação racial e social, que esse país desigual e racista tanto necessita (Eduardo, 28 anos).

A restrição que o FEJUNES aponta diz respeito à composição de suas coordenações, pois é orientado que os jovens sejam negros, com idade entre 15 e 29 anos, e representação mínima de gênero de 30%.

Ao pesquisarmos os registros de presença nas atividades realizadas pelo FEJUNES em diversas localidades do território capixaba foi possível identificar a participação de coletivos que possuem discussões inter-relacionadas ao fórum. Dentre os grupos que já participaram dessas atividades, destacam-se a participação de grupamentos juvenis ou não, a exemplo o Centro de Estudos da Cultura Negra (CECUN), o Círculo Palmarino, os Anarco-Punk, o movimento passe livre, a juventude

<sup>5</sup> Os registros documentais do FEJUNES foram redigidos por seus membros escolhidos em suas plenárias. Estas relatorias costumam ser enviadas por e-mail e geralmente ficam arquivadas por um dos jovens que está responsável por produzir um *clipping* do fórum.

<sup>6</sup> Os jovens entrevistados pelo FEJUNES optaram por revelar sua identidade através do primeiro nome. Neste sentido, durante a apresentação de suas falas será apresentada sua identidade, idade e sexo.

do Campo e da cidade, os jovens indígenas e quilombolas, Comunidades de Terreiro, a Associação de Mães e Filhos de Vitimas de Violência do Espírito Santo (AMAFASE), o Grupo de Comunicação Popular Olho da Rua, etc.

Os registros documentais do FEJUNES dão conta de informar que o Fórum foi instituído em setembro de 2007 no II Encontro Estadual da Juventude Negra, realizado em Colatina e, desde a sua formação os jovens participantes revelavam a grande preocupação em relação aos elevados índices de violência que vitimizam fortemente a juventude negra capixaba, bem como a cultura e as práticas preconceituosas e discriminatórias ainda em vigor nas relações pessoais e sociais. Foi a partir destas questões, que elaboraram ações e atividades com a perspectiva de oportunizar sua maior aproximação à população capixaba, unindo as discussões étnico-raciais promovidas pelo movimento social às contribuições advindas das experiências e necessidades vividas pela população para enfim oportunizar a construção de políticas públicas mais consolidadas para este segmento.

A juventude negra capixaba denuncia uma violência que está explícita em publicações como o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros (WAISELFISZ, 2008) e a Pesquisa: Análise Ecológica dos acidentes e da Violência Letal em Vitória/ES, (BASTOS, 2009) que declaram que a juventude negra é majoritariamente as maiores vítimas da violência letal existentes na realidade capixaba.

Associado a isso, de acordo com Miranda (2010) há ainda a atuação de grupos de extermínio que são formados frequentemente entre policiais militares e civis, se constituindo numa das principais fontes de violação dos direitos humanos e de ameaça ao Estado de direito no país. Os grupos de extermínio atuam na execução de pessoas com características bastante particulares quanto a cor da pele, idade e residência e no Espírito Santo ficou nacionalmente conhecido um famoso grupo de extermínio conhecido como a Escuderie Leccoq<sup>7</sup>, onde seu quadro associativo era composto

---

<sup>7</sup> A “Scuderie” Detetive Le Cocq foi instituída em 24 de outubro de 1984 com título de sociedade civil sem fins lucrativos. Esta foi criada com a finalidade social de fazer o bem e servir à coletividade, através do aperfeiçoamento moral, intelectual e profissional de seus membros, nos diversos setores onde exercem suas atividades. No entanto, esta organização foi dissolvida pela Sentença da Ação de Dissolução de sociedade Civil, ajuizada pelo Ministério Público Federal, em 05 de novembro de 2004, subscrita pelo Exmo. Juiz Federal, Dr. Alexandre Miguel (BADENES, 2006).

predominantemente por policiais e agentes públicos, conforme comprovado na ação de dissolução jurídica dessa organização.

Neste sentido tendo em vista a grave violação a seus direitos da qual a juventude negra capixaba está submetida, o FEJUNES destaca que o desenvolvimento de estudos e pesquisas que dêem conta de identificar a prática da violência urbana associado ao racismo que incide mais particularmente sobre a população jovem e negra das periferias capixabas revelando seus principais agentes, ainda é tímido e, não se aprofundou na identificação quanto as particularidades e especificidades, possibilitando uma melhor compreensão acerca desse extermínio.

No entanto, iniciativas que buscam revelar o elevado grau de violação de direitos da qual este grupo está submetido, torna-se a cada dia mais comum, refletindo uma nova percepção da sociedade e do Estado reivindicada pelos movimentos sociais no desenvolvimento de práticas e posturas preventivas e não necessariamente repressivas voltadas para a população pobre e negra.

Um dos questionamentos realizados pelo FEJUNES refere-se a dificuldade quanto a identificação da prática da violência urbana em suas múltiplas manifestações haja vista a instabilidade dos critérios que caracterizam as vítimas. Um exemplo disso é o critério de identificação de raça, sendo que a identidade racial compreende o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente da construção social, cultural e política, tendo fortes rebatimentos com a história de vida deste indivíduo em seu processo de socialização e educação, além da consciência adquirida diante das prescrições sociais raciais ou étnicas, racistas ou não, de uma dada cultura. Neste sentido assumir a identidade racial negra em um país como o Brasil é um processo extremamente difícil e doloroso, considerando-se que os modelos "bons", "positivos" e de "sucesso" de identidades negras são pouco divulgados e o respeito à diferença em meio à diversidade de identidades raciais e étnicas inexistente (OLIVEIRA, 2004).

No Espírito Santo os organismos de Segurança Pública do Estado, para caracterização dos indivíduos em relação a cor, utilizam o critério oficial do IBGE instituído desde 1991, que se baseia na autodeclaração, ou seja, o indivíduo se define como se percebe. Neste critério as pessoas podem se autodeclarar como branco, preto,



pardo, amarelo e indígena. No entanto, tendo em vista o contexto amplamente discriminatório e racista da qual a população está submetida é freqüente perceber que os negros, caracterizados pela cor parda ou preta, se autodeclararem de inúmeras formas, tendo em vista as diversas tonalidades de peles surgidas das relações interraciais.

Essas novas caracterizações de cor são descritas também por Gilberto Freyre em “Casa Grande e Senzala” (2006) que aponta que no Brasil as raças se misturam e se relacionam cordialmente. Esta concepção originou o mito da democracia racial que é uma idéia defendida por Freyre e extremamente questionada pelos movimentos sociais negros e pelo FEJUNES, pois esses apontam que a sociedade brasileira é carregada de um racismo que se manifesta grosseiramente ou sutilmente nas relações sociais.

O negro além de ter prejudicada a própria oportunidade de manifestar-se enquanto tal, sofre ainda com os elevados índices de violência letal e simbólica que recaem predominantemente sobre a juventude masculina, negra, pobre e de comunidades populares. É imerso nesta realidade que o FEJUNES se propôs a organizar desde 2008, a campanha estadual contra o extermínio da juventude negra. Esta campanha é resultado de diversas discussões em nível nacional e estadual sobre a situação desse segmento à partir da constatação de que a juventude negra de periferia vivencia uma grave situação de violência, que caracteriza um extermínio programado (FEJUNES, 2009).

O FEJUNES através desta campanha se propõe a denunciar e combater o racismo institucional que ainda consente as elevadas taxas de mortalidade para a população negra independente de sexo ou faixa etária. Além disso, essa campanha denuncia a falta de acesso dos afrodescendentes aos direitos inerentes a toda a população, bem como o controle, a manutenção, a reprodução e expansão dos privilégios dos brancos sobre a máquina pública.

De acordo com o FEJUNES (2009) os elevados índices de violência letal que incidem sobre a juventude negra também estão relacionados à criminalização e a marginalização da juventude negra e das expressões populares. Esses apontam que a ideologia que oprime as expressões populares negras é difundida pela mídia e canais de comunicação através de concepções conservadoras, racistas e machistas que são

repassadas de formas sutis em suas programações, responsabilizando a juventude, e mais especificamente os negros pelo agravamento da violência, ignorando o elevado índice de violência letal e simbólica que a população está submetida.

Ao observarem que os negros estão alijados dos processos decisórios e participativos junto ao Estado e, as instituições sociais atuarem sobre uma ótica conservadora e discriminatória, o FEJUNES se propõe a realizar atividades que os aproximem da juventude negra de periferia, e dos movimentos sociais, com vistas a garantir espaços de interlocução e reflexão política acerca de suas condições de vida. Esta proposta objetiva ainda um maior amadurecimento dos participantes e dos próprios “fejunianos” quanto as possibilidade de intervenção no Estado e na sociedade, na busca de políticas públicas emancipatórias e reparatórias ao povo negro, com vistas a alcançar uma sociedade livre do preconceito e do racismo.

Observando que a missão ao qual se propõe é bastante ousada, o FEJUNES, passa a organizar ações unificadas, integradas e fortalecidas, com vistas a alcançar uma maior mobilização da juventude e das organizações negras capixabas e dos demais estados do país para o enfrentamento desse extermínio. Esta ação está respaldada pelo Fórum Nacional de Juventude Negra (FONAJUNE) que também organiza a campanha nacional contra o extermínio da juventude.

Segundo FEJUNES (2009) a campanha estadual contra o extermínio da juventude negra se concentra em três eixos principais que estão envoltos no racismo institucional existente na realidade capixaba. Neste sentido, a Campanha surge na perspectiva de organizar ações de reivindicação ao Estado acerca das políticas públicas, no questionamento e denúncia da postura da mídia quanto a naturalização e banalização da violência, bem como na criminalização da juventude negra e por fim a denuncia do extermínio físico da juventude negra capixaba.

Diante dos questionamentos considerados nesta campanha o movimento social em questão, se propõe a organizar atividades e espaços que permitam a realização de diálogos e definições junto ao poder público local. No entanto, este coletivo pondera a existência de grandes dificuldades nesta interação e diálogo como segue no trecho a seguir:

Depois da marcha estadual da juventude contra o extermínio da juventude negra tentamos fazer um diálogo para pautar reivindicações junto ao governo estadual, mas não tivemos muito sucesso, mas já é hora de iniciar a discussão pois exigimos uma política estadual de promoção da igualdade racial. Não dá para o governo apenas em tempo de conferência, realizar suas conferências e depois não dar respostas aos problemas cotidianos e às reivindicações do movimento negro. É preciso que se trate o diálogo com seriedade. Não se pode ludibriar o movimento negro realizando estes encontros em espaços e locais bonitos e depois fechar as portas ao diálogo e não permitir nenhuma aproximação (Luiz, 24 anos).

Este coletivo pretende ainda fomentar o debate na sociedade capixaba, na busca de parceiros para reforçar tal luta, aumentando a pressão popular e seu poder de mobilização. Desta forma, o FEJUNES almeja conquistar uma discussão com o poder público para que sejam adotadas políticas públicas pautadas no respeito aos direitos humanos e que sejam de enfrentamento ao extermínio da juventude negra. Neste sentido em diversos momentos esses apontam a necessidade de integração entre os movimentos sociais e, mais especificamente entre o movimento negro no sentido de fortalecer a luta e qualificar um debate que visa superar as graves violações aos direitos humanos da população capixaba como destaca-se abaixo:

O movimento negro do Espírito Santo precisa sentar para dialogar, discutir seus pontos de convergência, discutir seus pontos de divergência tirar um plano de luta, pois não dá mais para fazer lutas isoladas. Elas são importantes, mas é preciso se unificar, e é preciso ter maturidade para dialogar e superar as divergências do passado e avançar nesta luta (Luiz, 24 anos).

É interessante destacar que as reivindicações organizadas em nível nacional pela juventude negra tomaram maior forma em 2006, quando jovens negros de diversos estados se prepararam para o Encontro Nacional da Juventude Negra – ENJUNE. Este encontro ocorrido em Lauro de Freitas, na Bahia possuía como principal finalidade alcançar um mapeamento nacional e expressivo das demandas, questões e perspectivas da juventude negra para balizar a constituição das políticas públicas voltadas para este segmento, além de organizar fóruns estaduais e nacional, para

encaminhar com as demandas consideradas pela juventude negra (THOMAS; ZIMBWE, 2008).

À partir deste encontro foram instituídos 10 fóruns estaduais da juventude negra e, seus participantes passaram a organizar atos públicos, atividades e campanhas de enfrentamento ao extermínio da juventude negra, através da realização de discussões e debates acerca das condições de vida da população negra de todo país.

Considerando que as condições da juventude negra brasileira são bastante precarizadas, estes explicitaram com grande ênfase seus anseios, indignações e demandas na Conferencia Nacional de Juventude, realizada nos dias 27 à 30 de abril de 2008. Nesta conferência a juventude negra organizada buscou dinamizar seu diálogo acerca do extermínio, conseguindo eleger no topo das prioridades a ratificação pelo Estado das demandas consideradas no relatório do ENJUNE. Neste processo a juventude negra demonstrou seu poder de organização e diálogo com os demais movimentos sociais e expressou ao Estado a emergência quanto a atenção à suas demandas.

De acordo com representantes do FEJUNES, esta campanha levada adiante por seus membros é fundamentalmente necessária no sentido de dar voz à juventude negra, além de dar visibilidade e propor alternativas de enfrentamento a um problema latente em sua realidade que necessita de intervenção imediata do Estado.

As produções e estudos desenvolvidos por esse movimento social propõem uma atuação mais responsável e criativa para diálogo com a sociedade e com o Estado. Neste sentido, promovem atos públicos e atividades que visam disseminar o debate junto a população capixaba e junto ao Estado, com a perspectiva de conquistar a efetivação de políticas públicas e ações afirmativas que considerem as demandas deste segmento, como segue no trecho a seguir:

Perante o Estado, cobrar a implementação das leis já existentes, como cotas nos concursos público na universidade, e cobrar a criação de mais leis e medidas para reparar tais danos (Eduardo, 28 anos).

Além disso, o FEJUNES se propõe a investir na formação de seus militantes como forma de repensar a cotidianidade e questionar a ordem social vigente.

Formação! Sentar com esses jovens falando a linguagem dele tentando entendê-lo, buscar construir junto com ele estratégias de fuga desta realidade imposta pelo tráfico e pelo próprio estado (Eduardo, 28 anos).

Segundo os jovens do FEJUNES o sistema regular de ensino não absorve as demandas do povo negro e ainda não exprime a sua realidade, sua história e suas experiências, neste sentido acreditam que a melhor alternativa para uma educação com uma perspectiva emancipatória se constitui nos processos de formação e discussão política promovida pelas organizações populares. Esses falam de si para si e, se reconhecem possibilitando fortalecer identificação em sua luta.

## 5 . CONTEXTUALIZANDO AS CONDIÇÕES DA JUVENTUDE NEGRA

Desde a colonização do país até a atualidade a população negra ressentida com as graves violações aos seus direitos. Tratados como animais ou seres sem alma, não eram respaldados por legislação e nem mesmo reconhecidos pela religião. Mesmo após o fim da escravidão, a população negra é colocada à margem do processo de participação política do país, pois ainda vivem sob o legado cultural escravocrata e patriarcal que reproduz e mantém desigualdades profundas entre gênero e raça no país (IPEA, 2008). Tais considerações seguem melhor descritas pelo IPEA no trecho a seguir:

Negros nascem com peso inferior a brancos, têm maior probabilidade de morrer antes de completar um ano de idade, têm menor probabilidade de freqüentar uma creche e sofrem de taxas de repetência mais altas na escola, o que leva a abandonar os estudos com níveis educacionais inferiores aos dos brancos. Jovens negros morrem de forma violenta em maior número que jovens brancos e têm probabilidades menores de encontrar um emprego. Se encontrarem um emprego, recebem menos da metade do salário recebido pelos brancos, o que leva a que se aposentem mais tarde e com valores inferiores, quando o fazem. Ao longo de toda a vida, sofrem com o pior atendimento no sistema de saúde e terminam por viver menos e em maior pobreza que brancos (IPEA 2008, p. 281).

De acordo com o IPEA (2008) a população negra tem oportunidades desiguais e acesso assimétrico aos serviços públicos, aos postos de trabalho, às instâncias de poder e decisão e às riquezas de nosso país. Além disso, os negros possuem condições de vida bastante fragilizadas, haja vista que 33,2% da população negra vive abaixo da linha da pobreza, ou seja, com uma renda *per capita* familiar de até meio salário mínimo, sendo que para os brancos, o número é de 14,5%. Quando analisa-se a categoria da população que vive com renda *per capita* familiar de até um quarto de salário mínimo, observa-se que 11,8% compreendem negros contra 4,5% da população branca.

As conclusões apontadas pelo IPEA (2008) revelam que a população negra está submetida a condições maiores de fragilidade e de violação de direitos, e essas

informações dão conta ainda de que 69% dos domicílios que recebem Bolsa Família, 60% dos que recebem Benefício de Prestação Continuada e 68% dos que participam do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil são chefiados por negros e negras. Esses dados não representam surpresa, pois os indicadores de pobreza e desigualdade, quando desagregados por cor e raça, mostram que os negros são a grande maioria entre os mais pobres, estão nas posições mais precárias do mercado de trabalho e possuem os menores índices de educação formal.

O IPEA (2008) destaca ainda que o rendimento per capita dos negros é bastante inferior diante dos brancos. E isso é traduzido nos indicadores de 2007, onde 20% da população branca situava-se abaixo da linha de pobreza, enquanto 41,7%, da população negra encontrava-se na mesma situação de vulnerabilidade. No caso de indigência, a situação é tão ou mais grave, pois enquanto 6,6% dos brancos recebem menos de  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo per capita por mês, esse percentual salta para 16,9% da população negra, quase três vezes mais. Isso significa 20 milhões a mais de negros pobres do que brancos e 9,5 milhões de indigentes negros a mais do que brancos.

Diante destes dados, é possível observar que a situação de vulnerabilidade e risco social no país obteve uma redução, pois grande parte dessa população tem sido assistida pela política governamental de transferência de renda. O governo federal através dos programas de transferência de renda e a valorização do salário mínimo foram capazes de retirar da pobreza 6,5 milhões de brasileiros, majoritariamente negros. No entanto, esses indicadores acerca dos programas de transferência de renda são importantes no sentido de revelar o abismo em que a população negra se encontra, pois mesmo retirando 6,5 milhões de brasileiros da situação de pobreza e extrema pobreza, ainda não foi possível romper com o paradigma que criminaliza, marginaliza e os coloca na linha de frente quando o assunto é morte. Isso torna evidente que a distribuição de renda não permitirá a transformação social que o movimento social negro tanto almeja.

Uma das dimensões em que se percebe mais explicitamente o caráter profundo e historicamente desigual da sociedade brasileira é o trabalho doméstico remunerado. Ocupação tradicionalmente dotada de baixo valor social e nicho de mulheres e meninas negras e também de pobres, reúne em si a continuidade dos traços mais perversos da

herança escravista e patriarcal. Segundo pesquisas promovidas pelo IPEA (2008) é notável que há a conexão desses dois sistemas ideológicos fundantes da sociedade brasileira para manutenção de uma situação de desigualdade e, estas concepções são tomadas como natural na maior parte das vezes, a exemplo o tratamento desigual que somente esta categoria de trabalhadoras recebeu na Constituição Federal de 1988 sob argumentos, ainda em voga, que escondem a ingerência dessa herança. Isso demonstra então a relevante necessidade de constituição de políticas e ações afirmativas voltadas para promoção desta população que ressenete do próprio Estado e da sociedade um tratamento desigual e injusto, como se destaca no trecho a seguir:

Tais informações dão visibilidade a uma realidade de discriminações e racismo que exige respostas imediatas e reforça a necessidade de adoção de medidas que visem à valorização e promoção de igualdade racial nas ações públicas (IPEA, 2008).

Quando são considerados aspectos que indicam sobre a expectativa de vida da população, é revelado que predominam índices de mortalidade de homens de uma forma geral e, em particular, de homens jovens e negros. E isso ocorre principalmente em decorrência da violência urbana, além do acesso precário a procedimentos médicos para os casos de enfermidades que acabam refletindo em sua expectativa de vida (BATISTA, ESCUDER E PEREIRA, 2004). Apesar de não estar expressa da mesma forma, de acordo com o IPEA (2008) a violência física também está refletida sobre as mulheres negras, pois estão submetidas à violência doméstica consentida pelo machismo e pelo racismo e, tem ainda seu acesso precarizado aos serviços de saúde, educação, habitação e segurança pública.

Quando enfatizamos o segmento juvenil observaremos que suas condições de vida estão mescladas em oportunidades e desafios que muitas vezes são definidores de perspectivas e possibilidades. No entanto, as experiências de escolaridade e trabalho para a juventude aparece em sua precariedade, expressão da crise da sociedade assalariada, que atinge principalmente aos jovens pobres (DAYRELL, 2003).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2009), no campo da educação, constata-se que o número de jovens negros analfabetos, na faixa etária de 15 a 29 anos, é quase duas vezes maior que o de jovens brancos. A taxa de



freqüência líquida, ou seja de estudantes que freqüentam o nível de ensino adequado à sua idade, dos jovens negros é expressivamente menor que a dos jovens brancos, tanto no ensino médio como no superior.

Na faixa de 15 a 17 anos, que corresponde ao período em que se espera que o jovem esteja cursando o ensino médio, os brancos apresentam taxa de freqüência líquida de 58,7%, contra 39,3% dos negros (IBGE, 2009).

Além disso, ao serem considerados aspectos acerca do ensino superior, a desigualdade entre jovens brancos e negros torna-se ainda maior, pois na faixa etária de 18 a 24 anos, a taxa de freqüência líquida para os brancos é de 19,8%, enquanto que para os negros é de 6,9%, diferença quase três vezes maior em favor dos jovens brancos. Esta situação gera um saldo de condições mais precarizadas de vida para a juventude negra como destaca-se a seguir:

Pode-se lembrar ainda o fato de que os jovens negros estão sobrerrepresentados no segmento de jovens que não trabalham nem estudam, além de sua inserção no mercado de trabalho estar caracterizada por condições de maior precariedade que a dos jovens brancos (IBGE, 2009).

Observa-se então que as experiências escolares desses jovens evidenciam que as unidades de ensino se colocam distantes dos seus interesses e necessidades, não conseguindo entender nem responder às demandas que lhe são colocadas, pouco contribuindo também na construção desses sujeitos. É imerso numa realidade que apenas lhes abre perspectivas frágeis e insuficientes de inclusão que a juventude expressa as condições mais precárias de vida, materializadas através da ausência de perspectivas, como apresenta-se no trecho abaixo:

A juventude, desprestigiada da condição de gerar respostas aos investimentos lhes imputados pela sociedade, principalmente em relação ao trabalho, reagiu de diversas formas à precariedade de sua condição (MEIRA, 2007).

É à partir da percepção de que o trabalho trás ao jovem a conquista de uma identidade, uma maior autonomia e reconhecimento social, lhe garantindo o acesso a bens de consumo, entre outras dimensões tanto materiais quanto simbólicas, cada vez

mais importantes nas sociedades do século XXI, que se argumenta sobre a precariedade das condições de vida da juventude, e mais precisamente da juventude negra, pois suas condições de inserção no mercado de trabalho são fragilizadas e seus históricos de vida seguem trajetórias muitas vezes permeadas pela saída precoce da escola, baixa remuneração, postos de trabalho precarizados que dificilmente oportunizam alterações ou melhorias reais em suas condições de vida.

A forma como os diferentes grupos populacionais se inserem no mercado de trabalho retrata uma faceta fundamental da desigualdade. Homens, mulheres, brancos, negros apresentam características bem distintas na entrada e permanência no mercado de trabalho (IPEA, 2008).

De acordo com o IBGE (2009) a taxa de desocupação que mensura a proporção de pessoas desempregadas à procura efetiva de emprego no país, é um indicador que revela as desigualdades de gênero e de raça e a forma como se interseccionam. As mulheres e os negros apresentam os maiores níveis de desemprego, sendo as mulheres negras as que se encontram em situação mais precarizada.

Segundo Bento e Beghin (2005) no mundo do trabalho, os jovens pretos e pardos vivem uma forte exclusão, pois possuem uma maior dificuldade em encontrar uma ocupação, vivem uma maior informalidade nas relações trabalhistas e menores rendimentos. Além disso, o jovem negro quando consegue uma ocupação, essa é, em geral, exercida de forma bem mais precária que a do branco.

De acordo com pesquisa organizada pelo IPEA (2009), cerca da metade dos brancos de 15 à 24 anos de idade no país possuíam carteira assinada ou eram funcionários públicos, no entanto, entre os negros desta mesma faixa etária, essa proporção era de apenas um terço.

A relação dos jovens negros com o mercado de trabalho expressa uma lógica presente na sociedade brasileira contemporânea, que cria uma massa de população à margem, com pouca chance de ser, de fato, incluída nos padrões atuais do desenvolvimento econômico. Isso resulta sobre a juventude uma sensação de impotência e de desvalorização da própria identidade, dificultando as possibilidades de constituições de perspectivas de vidas mais fortalecidas e satisfatórias, calcadas em projetos seguros e potenciais como afirma Dayrell (2003):

Podemos afirmar que o mundo do trabalho pouco contribuiu no processo de humanização desses jovens, não lhes abrindo perspectivas para que pudessem ampliar suas potencialidades, muito menos construir uma imagem positiva de si mesmos. É um dos espaços do mundo adulto que se mostra impermeável às necessidades dos jovens em construir-se como sujeitos (DAYRELL, 2003).

Desta forma fica nítido que as desigualdades entre jovens brancos e negros, nos faz refletir nos mais diferentes aspectos da vida social, configurando menores oportunidades sociais para a juventude negra. E estas diferenças não restringem-se somente as condições de inserção no mercado de trabalho ou escolaridade, manifestando-se também em faixas de rendimentos, ocupação, emprego do tempo livre, moradia, acesso à saúde e enfim na expectativa de vida.

Um estudo promovido pelo IPEA que culminou no livro “Juventude e Políticas Sociais no Brasil” concluiu que a faixa de rendimento mensal da família em que vive o jovem mantém estreita relação com sua origem regional e sua cor de pele, onde ser um jovem nordestino e, especialmente negro no Brasil, representa maior probabilidade de ser pobre.

É interessante destacar que as condições de habitação da população brasileira melhoraram significativamente ao longo dos últimos 15 anos. No entanto, segundo o IPEA (2008) quando se trata de analisar a proporção de domicílios localizados em assentamentos subnormais é possível perceber que praticamente não houve alteração nestas proporções, pois em 1993, 3,2% dos domicílios estavam em favelas ou assemelhados, em 2007 esse valor foi de 3,6%. Mesmo sendo um percentual pequeno, não se pode ignorar que se está falando de 2 milhões de domicílios ou, no mínimo, 8 milhões de pessoas que são em sua grande maioria negra o que reforça, mais uma vez, sua maior vulnerabilidade social.

De acordo com Rodrigues, (2006) entre as maiores desvantagens em habitar em bolsões de pobreza ou favelas destacam-se o baixo acesso aos serviços urbanos básicos, a baixa participação feminina no mercado de trabalho, alta taxa de desemprego e ocupações precárias e, menor acesso à educação no período pré-escolar e à partir do segundo grau. É relevante observar que o bloco de renda, pobreza

e desigualdade traz um amplo e importante conjunto de indicadores que permitem visualizar o impacto dos sucessivos processos de discriminação e desigualdade vivenciados por negros e mulheres na sociedade brasileira. Tendo como um dos exemplos o trecho citado abaixo:

Como reflexo das restrições ao acesso à habitação nas grandes cidades brasileiras, observa-se que cerca de 2 milhões de jovens entre 15 e 29 anos vivem em favelas, sendo que a maior parte desta população é negra (66,9%), enquanto 30,2% vivem em famílias com renda domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo (CASTRO, 2008).

Os jovens negros são as maiores vítimas da violência, segundo Dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM/SUS), pois os jovens brancos do sexo masculino apresentam taxa média de 138,2 mortos por causas externas para cada grupo de 100 mil habitantes e, as taxas dos jovens pretos e dos pardos são, respectivamente, de 206,9 e 190,6.15. Quando analisa-se exclusivamente as mortes por homicídio, a taxa encontrada para os jovens brancos do sexo masculino foi de 63,9 por 100 mil habitantes, ao passo que para os jovens pretos esta taxa foi de 135,3 e para os pardos, 122,8.

Considerando-se apenas a faixa etária de 18 a 24 anos, a juventude branca do sexo masculino apresenta taxa de mortalidade por homicídios de 74,3 para cada grupo de 100 mil habitantes, enquanto para os jovens pretos esta taxa é de 163,1 e para os jovens pardos, de 145,5 ou seja, para cada jovem branco morto por homicídio morrem, em média, dois jovens negros (IBGE,2009).

O óbito por causa violenta vem aumentando seu peso na estrutura geral da mortalidade no Brasil desde os anos 1980, afetando, principalmente, jovens do sexo masculino, pobres e negros, com poucos anos de escolaridade, que vivem nas áreas mais carentes das grandes cidades do país. Na faixa etária entre 15 a 24 anos, as mortes violentas representaram, em 2007, o percentual alarmante de 67,7% (IPEA, 2009).

Ao mesmo tempo em que a juventude é comprovadamente o grupo social mais vitimado pela violência, eles também figuram como seus maiores autores. A violência que se manifesta em atos infracionais corriqueiros, no vandalismo contra o espaço

público, nos rachas e nas manobras radicais no trânsito, nas brigas entre gangues rivais, no dia a dia do ambiente escolar ou nas agressões intolerantes a homossexuais, negros, mulheres, nordestinos ou índios em várias partes do país é majoritariamente protagonizada por jovens e, em geral, vítima de outros jovens (IBGE, 2009).

Esta informação nos provoca a refletir sobre as motivações e contextos em que estes jovens cometem os atos infracionais, correlacionando a seus históricos de vida, pois a existência desta juventude é freqüentemente permeada por contextos de violações a seus direitos e revitimizações. Ou seja, o jovem agressor é também muitas vezes vítima de determinada violação a seus direitos e por conseguinte reproduz o ciclo perverso da violência.

Um outro aspecto relevante quando analisamos a condição da juventude, diz respeito ao envolvimento desses com o tráfico e o uso de drogas. Muitos jovens com objetivo de adquirir os produtos e materiais da moda, que são elementos simbólicos e importantes para inserção nesta sociedade de consumo, passam a integrar este eixo da produção capitalista, seja na condição de usuários ou como traficantes. Neste momento, esta juventude que é em sua grande maioria pobre, negra de comunidades populares e do sexo masculino fica na linha de frente quando o assunto é repressão do Estado e criminalização pela população.

As ações policiais que visam combater o tráfico de drogas são realizadas em sua grande maioria nas comunidades populares e incidem diretamente sobre a juventude negra, estando ou não envolvida de alguma forma com a ponta da comercialização do tráfico de drogas. Pode-se apontar que as drogas estão ceifando a vida da juventude muito mais por conta da repressão e da violência que está por trás de sua comercialização, do que por conta dos desgastes à saúde de seus usuários.

Em estudo produzido pelo IBGE (2009) foram apresentados indícios que apontariam as motivações do envolvimento da juventude no tráfico de drogas, onde ficou destacado que muitos jovens são atraídos pela perspectiva de obter reconhecimento ao impor medo e insegurança ao ostentarem armas de fogo, bem como, pela necessidade de afirmar a sua masculinidade guerreira saindo da condição de invisibilidade para assumir uma identidade, mesmo que seja a de bandidos.

As proposições acima dão conta de indicar que a juventude tem seu envolvimento no mundo das drogas na busca de reconhecimento e ascensão social em uma sociedade que insiste em mantê-lo na invisibilidade. Esses quando são vistos pela sociedade e pelo Estado geralmente é pela ótica da repressão, ou então pela criminalização ou medo. O que se observa então é que a exclusão, a desigualdade social, a violação de direitos e a invisibilidade social estão devastando os sonhos e as perspectivas de vida da juventude negra, seja por meio das armas ou então pela negação de seus direitos.

O sentimento de invisibilidade social relaciona-se diretamente à sensação de vulnerabilidade diante do recuo do Estado e da sociedade em garantir condições dignas de sobrevivência para boa parcela da população (MEIRA, 2007).

Associado ao elevado grau de violência da qual a juventude negra está submetida, importa destacar que as desigualdades raciais no Brasil também vêm se refletindo no grave quadro de conflito social existente no país. Segundo o IPEA (2009) o fenômeno da violência urbana é um dos principais problemas enfrentados pela juventude negra e as taxas de mortalidade a ela associadas são 50% maiores entre os jovens negros e, isso vêm se refletindo, até mesmo, na expectativa de vida dos homens negros. Os jovens negros são, assim, ainda mais que os brancos, submetidos a um contexto social marcado por violências, com profundos impactos em seu cotidiano, sua visão de mundo e suas possibilidades concretas de construção de futuro.

Em encontro realizado na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) para lançamento da pesquisa que aponta o “tráfico de drogas como maior causa da violência na Grande Vitória”, produzida pelo Núcleo de Estudos Indiciários (NEI) sob coordenação da professora Márcia Barros Rodrigues, o secretário de Segurança Pública do Estado, Rodney Miranda, expôs que “Hoje o grave problema em relação aos homicídios é o tráfico. Cerca de 70 por cento deles estão relacionados ao tráfico de drogas”. No entanto, mesmo com a constatação desta problemática sendo reconhecida pelo Estado brasileiro as ações de enfrentamento a tal situação ainda não dão conta de impactar mais incisivamente numa realidade que ainda está amplamente marcada pela violência.

Em estudos desenvolvidos pelo Observatório das favelas (2009) é apontado que a situação de risco é bastante elevada para as pessoas que encontram-se na faixa etária de 15 à 34 anos. No entanto, as trajetórias e os estilos de vida que conduzem ao incremento desse risco começam mais cedo. A pesquisa sobre a trajetória social de crianças, adolescentes e jovens inseridos no tráfico de drogas do Rio de Janeiro, indicou que muitos dos adolescentes moradores de favelas e periferias deixam a escola entre 11 e 14 anos de idade, faixa próxima à da entrada no tráfico ou do envolvimento em outras redes sociais que concorrem.

De acordo com relatório final do ENJUNE (THOMAS; ZIMBWE, 2008) fatores como a escalada da violência, o desemprego, a falta de sintonia entre o sistema educacional brasileiro, a cultura e a história da população negra, caracterizam-se nos dias de hoje como grandes desafios a serem superados, e a ausência destas garantias dão visibilidade ao abismo social que separa a população negra das demais. E isso é resultado não somente do processo de escravismo e da discriminação ocorrida no passado, mas também de um processo de exclusão e discriminação ocorrida que legítima, cotidianamente, procedimentos discriminatórios.

## 6 A ESSÊNCIA NEGRA COMO BASE NA LUTA CONTRA O RACISMO

Ao ser abordado neste capítulo as dimensões culturais que conformaram as práticas e posturas discriminatórias e racistas desta sociedade, é pretendido considerar o eixo que centraliza as lutas manifestadas pelos movimentos negros, pois as considerações mencionadas tratarão de apontar o cerne da violência da qual estão submetidos e que possuem grande dificuldade de combater, pois está camuflado em relações desiguais percebidas como naturais.

Os estudos que abordam a violência urbana freqüentemente estão associados aos danos físicos que acometem aos indivíduos e ao patrimônio, no entanto, por trás da dor física há os danos simbólicos e psicológicos que incidem sobre indivíduos ou coletivos e causam dores profundas devastando a identidade e afligindo a sua existência.

De acordo com o relatório do ENJUNE (THOMAS; ZIMBWE, 2008) é destacado que a cultura, o comportamento, os gostos, os estilos não são apenas um conjunto das expressões artísticas, mas são também todo o patrimônio material e simbólico das sociedades, grupos sociais, indivíduos e suas múltiplas expressões. A cultura é então todo o patrimônio histórico que revela a história de um povo rememorando a sua ancestralidade e, dando conta de explicar a constituição de sua essência. Ao passo que esta cultura é desconsiderada, seu povo é colocado numa condição inferiorizada, revelando então um ato de violência que pode aniquilar sua história e sua vida.

Quando nos adentramos no universo da cultura negra identificamos diversas iniciativas que buscam garantir sua existência através do combate à criminalização e à sua desvalorização. O movimento de juventude negra pondera que o resgate de sua ancestralidade consiste na busca de reconhecimento de sua identidade. Um exemplo disso foi um cartaz exposto no ato da marcha contra o extermínio da juventude negra, realizado em 20 de novembro de 2008, em Vitória que possuía a seguinte frase: "é impossível um povo caminhar em busca de um futuro sem saber de onde veio. Este não saberá então aonde chegar e, onde quer chegar".



É seguindo a lógica de resgate à ancestralidade que a luta anti-racista perfaz seu caminho, buscando referências que os façam permanecer num sentido que vise a garantia do respeito à identidade negra em suas expressões e conhecimentos, pois numa sociedade contraditória, em que os elementos da cultura negra são apontados como negativos, estas lutas tornam-se centrais aos movimentos sociais negros e se constituem em um dos seus maiores desafios, haja vista que esta sociedade nega a humanidade do povo negro, fragmentando e fragilizando de forma perversa a sua identidade.

Em entrevistas realizadas junto aos jovens do FEJUNES ficou bastante presente a observação de que estes em diversos momentos tiveram a sua identidade negra ridicularizada, o que os levavam muitas vezes à negação de sua raça. Esses vivenciaram diversas discriminações promovidas em espaços e instituições sociais como segue no trecho abaixo:

A religião de fato foi algo que pegou muito. Quanto a questão do cabelo, em relação a minha pele, a religião batia de frente com meus traços e com minha essência mesmo. E de fato isso me machucava muito (...). Até que ponto o céu é só de brancos, e porque eu estou neste espaço que de fato não me valoriza? (Thayane, 19 anos).

Além disso, é interessante destacar que a perspectiva que orienta o sistema educacional brasileiro exclui a história e a cultura negra dos currículos escolares, estas expõe a história do Brasil sob uma visão eurocêntrica, apresentando o povo negro à partir de uma perspectiva subalterna e precária, que nega sua participação e a importância na construção sócio histórica do país. É apoiado nesta postura, que a reprodução e manutenção da ideologia que nega a identidade e a existência do povo negro se preserva nesta sociedade como segue no trecho a seguir:

A violência manifesta no campo do simbólico, efetivada através da desvalorização da sua cultura, da desqualificação da sua subjetividade e destruição da sua memória, produziram uma brutal invisibilidade do povo negro como sujeito social na sua relação com a história. Mais ainda, o racismo ao gerar formas de exclusão desses sujeitos da vida política, econômica e da produção cultural e simbólica, procura anular a presença negra na construção da identidade nacional, constituindo-se como um instrumento

poderoso para justificar a subalternização econômica e social da população negra na sociedade brasileira (CARDOSO, 2002).

Nesta consideração apontada por Cardoso (2002) fica destacado que quando é negada a humanidade do negro e, quando naturaliza-se a sua condição de subalternidade, este apresenta maior dificuldade em se identificar aos elementos simbólicos que resgatam a sua história, a sua cultura e a sua tradição. É sob tal condição que fica evidenciado o fato de que muitos negros negam a sua negritude para se incluir mesmo que precariamente numa sociedade que se considera superior por uma elite, que se utiliza do próprio Estado para manter-se e se reproduzir na manutenção da ordem social vigente.

Considerando então que a população negra está imersa nesta realidade, é que se torna mais compreensível a dificuldade em um negro se reconhecer e se assumir enquanto tal, pois esta afirmativa frequentemente se constitui num processo doloroso e permeado por muitos conflitos e dificuldades, a exemplo da experiência de um dos jovens do FEJUNES.

Quando eu entrei pro FEJUNES eu não tinha muito claro o que de fato eu era. Se eu era preto ou pardo ou se eu era mulato. E identifiquei que só no Brasil tem pardo e pardo é cor de papel. E aí eu percebi que de fato eu era negro e não era nem mesmo moreno. Daí em diante o movimento social me ajudou muito a me auto afirmar, pois antes sempre havia aquela negação (Mauro, 19 anos).

É interessante destacar que a busca pela negação do negro no país se faz também a partir da constituição de terminologias que rompem com a identificação destes à todo patrimônio simbólico e cultural afrobrasileiro. No Brasil, os relacionamentos interraciais originaram uma maior quantidade de tonalidades de pele que foram sendo caracterizadas como morenas, mulatas, pardas ou outras definições que numa percepção social os classificavam hierarquicamente acima dos pretos e mais próximos dos brancos. A manutenção e reprodução destas definições culminaram na constituição de um sistema classificatório que é fortemente legitimado pelas instituições sociais, sendo sobremaneira naturalizadas e difundidas entre as gerações, dificultando o reconhecimento de grande parte da população acerca de sua identidade negra.

Segundo Cardoso (2002) a história do povo negro brasileiro é fundamentada numa trajetória de luta e resistência frente à escravidão, à opressão colonial, à marginalização e ao racismo. E sua combatividade funda-se na busca incessante pela memória histórica dos homens e mulheres negras, que são sistematicamente agredidos pelas estruturas de dominação européia vigente no país nos últimos 500 anos.

É frente a este contexto amplamente contraditório e discriminatório, que o movimento negro atua numa busca que visa alcançar a unidade deste povo, e conquistar o reconhecimento, a valorização e o respeito à sua cultura para que sejam constituídas formas de combater as violências da qual a população negra está submetida.

De acordo com Taylor Apud Souza (2003) a nossa identidade é em parte formada pelo reconhecimento ou pela ausência deste. Geralmente, nos casos de falso reconhecimento por parte dos outros, uma pessoa ou um grupo de pessoas pode sofrer um prejuízo real, uma distorção efetiva, na medida em que os outros projetem nele uma imagem desvalorizada e redutora de si mesmos. Quando há um não reconhecimento e/ou falso reconhecimento, há a possibilidade de acarretar o aprisionamento a uma forma de vida redutora, distorcida e falsa. Nessa perspectiva, não-reconhecimento não significa apenas ausência do devido respeito, ele pode infligir feridas graves a alguém, atingindo as suas vítimas com uma mutiladora auto-imagem depreciativa. Desta forma, o reconhecimento devido não é apenas uma cortesia que devemos às pessoas, é sim uma necessidade humana vital que ficou muito explícita na fala da jovem à seguir:

Então, durante a adolescência eu tive sonho de ser branca, teve um tempo que passei cloro no corpo, achando que ia ficar mais clara, então já me imaginei sofrendo acidente para fazer cirurgias, aí quando chegou aos 18 eu tive depressão, eu parei de alisar o cabelo, para ele voltar ao normal, saindo a química do cabelo (...) aos 18 eu assumi meu *black* de fato. E hoje me olho no espelho e me acho bonita, eu também estou me descobrindo enquanto mulher, de pensar que eu gosto do meu corpo, gosto da minha pele (Thayane, 19 anos).

É assim que presume-se que os efeitos produzidos pela ideologia do embranquecimento, o racismo, o machismo e o mito da democracia racial subjagam e oprimem o povo negro e, mais fortemente a juventude negra que está na busca de

referenciais para constituição de sua identidade. Esta opressão frequentemente se manifesta sutilmente, desqualificando sobremaneira as manifestações culturais, estéticas e os valores relacionados à expressão cultural negra, como segue apresentado por Cardoso (2002):

A tese da 'democracia racial', é vista como um instrumento ideológico que contribui para o falseamento da realidade e para a fragmentação da identidade cultural negro-africana no Brasil. Para o Movimento Negro, o mito da 'Democracia Racial' funciona como uma política racial que molda a compreensão das relações raciais no Brasil, constituindo-se como uma poderosa ofensiva ideológica na negação da existência do racismo e que visa anular a força política da população negra (CARDOSO, 2006).

A população negra, e mais especificamente a juventude negra, está submetida a opressões em níveis físicos e simbólicos que agravam as relações sociais e recrudescem os índices de violência de todas as ordens. É sob tais condições que a juventude negra se encontra sem oportunidades de ser incluída numa sociedade que lhe reserva a subalternidade, a invisibilidade e poucas alternativas de superar este contexto que mascara a violência que é cometida contra a mesma. É daí que segue o aniquilamento de sua existência e para esta juventude negra, o "tudo ou nada" pode se transformar numa das únicas possibilidades para se tentar levar a vida.

Porque os jovens matam? Por causa de uma bicicleta, por causa de dez reais. Eles falam de vida e de morte muito facilmente. Mas é muito fácil falar de vida como se fosse uma coisa qualquer, uma coisa pequena, quando de fato você não considera que a sua vida tem um peso importante, porque se eu estou fadada a nascer pra sofrer, se eu for olhar meu histórico de vida, eu iria preferir morrer do que passar por tudo que eu passei novamente (Thayane, 19 anos).

Hoje é freqüentemente veiculado na mídia e nos canais de comunicação o aumento do envolvimento de jovens com as drogas. Seja como usuários ou como membros da rede do tráfico, estes jovens tentam fugir de uma realidade excludente e se inserem num outro mundo permeado pelo acesso a determinados bens de consumo permitidos pela renda gerada pela comercialização de drogas e armas, ou mesmo pela sensação escapista provocada pelo consumo de drogas. O resultado disso é que milhares de vidas são ceifadas por conta deste envolvimento, tendo em vista ser este

um terreno sem leis e, o Estado está mais fortemente empenhado em repreender estes casos do que prevenir ou tratar tal situação.

População marcada pela exclusão e marginalização, negros e negras brasileiros têm vivido há séculos como seres humanos destituídos de direitos e como portadores de uma humanidade incompleta, o que tornou natural a não participação igualitária dessa população do pleno gozo de direitos humanos. Esta naturalização implicou na aceitação das conhecidas desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira, sendo que a divulgação de dados sobre essa realidade não são acompanhados de medidas eficazes no combate às desigualdades raciais. O racismo estrutura e determina as relações raciais brasileiras e incide nas condições precárias de vida da população negra (SILVA, CARNEIRO, 2009).

É à partir destes pressupostos que o FEJUNES afirma que a juventude negra enfrenta um importante conjunto de problemas que limita seu acesso a oportunidades de desenvolvimento de suas capacidades e as chances de construção de uma trajetória ascendente de vida. Entre os inúmeros dados que evidenciam a configuração de menores oportunidades para a juventude negra no país, pode-se lembrar o fato de os jovens negros estarem sobrerrepresentados no segmento de jovens que não trabalham nem estudam, além de sua inserção no mercado de trabalho estar caracterizada por condições de maior precarização do que a dos jovens brancos, como segue as descrições no trecho abaixo:

Segundo estimativas, tínhamos para o ano de 2007 aproximadamente 35,2 milhões de jovens na faixa de 15 aos 24 anos de idade. E o que a sociedade espera como ocupação ou atividade legítima de um jovem? Que estude, trabalhe, ou ambos ao mesmo tempo. Tínhamos, nesse ano, 21% dos jovens que só estudavam, 33% que só trabalhavam, e 18% que estudavam e trabalhavam. Mas 20% de nossos jovens nem estudavam nem trabalhavam. E isso representa nada menos que sete milhões de jovens que não estudam nem trabalham (WAISELFISZ, 2009).

Ao ser identificado o quanto a população negra sofre com a ofensiva ideologia que dizima sonhos, projetos e perspectivas de vida através do racismo e do mito da democracia racial, o movimento negro e mais especificamente a juventude negra passa a resistir e organizar ações de enfrentamento a estas práticas que autorizam e legitimam o extermínio da juventude negra.

## 7 O EXTERMÍNIO DE PERSPECTIVAS E SONHOS

Este capítulo pretende abordar mais concretamente as considerações apontadas pelo FEJUNES acerca do extermínio da juventude negra, à partir da relação entre os elementos apontados nos capítulos anteriores com enfoque na violência simbólica e nas diversas restrições quanto a efetivação das políticas públicas que condicionam o povo negro e, mais particularmente da juventude negra a uma realidade permeada pelo risco social e pessoal.

De acordo com Waiselfisz (2009) a história da violência no Brasil traduz a história do extermínio de sua juventude, no entanto, para além da morte de jovens do sexo masculino, a violência tem uma direção bastante recorrente que está voltada a atingir jovens homens negros, pobres e moradores de comunidades populares. É à partir destas considerações que o FEJUNES vai a público afirmar que a juventude negra capixaba está submetida a um extermínio físico e simbólico que segue caracterizado no trecho abaixo:

Não há como não associar a condição particular a que está exposta a população negra no Brasil com o disposto na Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de genocídio (1948), que no seu artigo II define genocídio como [...] qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tal como: assassinato de membros do grupo; dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo; submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial; medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; transferência forçada de menores do grupo para outro [...] (SILVA; CARNEIRO, 2009).

As considerações apontadas pelo FEJUNES na campanha estadual contra o extermínio da juventude negra indicam que no Brasil, os maiores índices de violência letal são registrados contra um grupo bastante específico caracterizando um extermínio e, os principais autores destes homicídios são em muitas vezes agentes das forças policiais do Estado ou, grupos fortemente armados que comandam determinadas comunidades através do comércio ilegal de drogas e armas.

De acordo com Alves (2008) o surgimento dos grupos de extermínio dá-se através da perda de credibilidade nas instituições da justiça e de segurança pública, além da certeza que esses possuem acerca da impunidade, resultante da incapacidade de organismos competentes em garantir a realização da justiça, como segue descrito no trecho abaixo:

Entre 2000 e 2003, em Guarulhos (SP), 52 pessoas foram executadas pelos grupos de extermínio. Em Ribeirão Preto, também no Estado de São Paulo, foram identificadas 23 mortes atribuídas aos grupos de extermínio. Em outros estados estes grupos continuam atuando, principalmente na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, também no Espírito Santo, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. Em São Paulo, o novo fortalecimento desses grupos se deve à total impunidade. São 88 mortes em chacinas esse ano, principalmente na Zona Norte da Capital. Todas apresentam indícios da atuação de grupos de extermínio. Em Ribeirão Pires, no Grande ABC, foram oito mortes, com a suspeita de participação de seis policiais militares. Em Osasco, um grupo de extermínio é suspeito de ter matado 30 pessoas e, 20 policiais militares estão sendo investigados (ALVES, 2006).

Infelizmente a sociedade brasileira vive um momento de descrédito quanto a efetivação da justiça, com responsabilização e punição de atos infracionais. Isso estimula a constituição de redes de solidariedade comuns em determinadas comunidades que visam garantir a segurança e a preservação pessoal e do patrimônio. Sendo assim, pessoas ou grupos são contratados para exercer o controle e a fiscalização por meio da repressão obtida através do poderio das armas. Eis que surge então uma “nova concepção de justiça” praticada pela população sob critérios morais e éticos instáveis, que visam prioritariamente extinguir o que é considerado como incômodo ou anormal e, segue critérios de seleção altamente subjetivos e preconceituosos direcionados freqüentemente a pessoas pobres, negras, adultos e crianças, suspeita de atos ilícitos ou mesmo indivíduos considerados indesejáveis, a exemplo, a população em situação de rua (Miranda, S/d).

Ao pesquisarmos o passado histórico do Brasil, observamos que a prática de extermínio correspondia a atuação dos jagunços do interior do país. Estes promoviam massacres ordenados por chefes, proprietários de terras e detentores de poder político

e econômico. Na atualidade os grupos de extermínio ainda preservam tais características mas, sua manutenção e preservação decorre à partir da ausência e restrição do poder público na garantia dos direitos e efetivação da justiça.

É interessante destacar que a atuação desses grupos de extermínio foram contextadas pela população e, principalmente por organizações que reivindicam os direitos humanos, mas no entanto, o desmantelamento desses é dificultado em virtude de sua atuação possuir por vezes ligação com as forças policiais e judiciais do Estado. Ao considerarmos as vítimas em potencial desse extermínio a população pobre, de periferia, masculina e negra, perfaz o seu maior alvo, segundo o Mapa da Violência IV: Os jovens do Brasil (2004). Este estudo aponta ainda que tais vítimas encontram-se na maioria das vezes em amplos processos de exclusão levados adiante por práticas discriminatórias e excludentes que dão conta de dificultar o acesso a bens e serviços essenciais para esta população. E é à partir de tais pressupostos que o FEJUNES afirma a ocorrência de um extermínio programado de jovens caracterizados como no trecho a seguir:

Os jovens negros, com idade entre 13 e 26 anos, isso é o que vejo hoje na periferia. (Eduardo, 28 anos).

Esta constatação, segue associada a percepção de que o histórico de vida destas vítimas na maioria das vezes estão permeadas por trajetórias de vidas marcadas pela violência e restrições de acesso a direitos, bem como estão submetidos a um determinismo social que os criminalizam ou os consideram invisíveis.

A violência da escravidão no Brasil e a lentidão das leis emancipacionistas estruturaram a institucionalização de um processo e genocídio que se prolonga até os dias de hoje, forjada a partir da supressão dos mais vitais valores culturais e na eliminação física do negro (CARDOSO, 2006).

A população negra é a mais atingida pela violência física que culmina em morte, no entanto, a leitura que o movimento negro em questão realiza, pretende superar tal concepção de violência, observando o dano físico, e também o desrespeito, a negação, a violação aos seus direitos, a coisificação, a humilhação e a discriminação. É por isso que movimentos sociais como o FEJUNES consideram essa questão como um grande



desafio, pois seu enfrentamento requer a discussão de questões fortemente enraizadas no imaginário social e nas instituições sociais, que incidem nas práticas e comportamentos humanos. Sendo assim, o FEJUNES considera que o extermínio da juventude negra pode estar caracterizado como segue no trecho a seguir:

É o furto em menor ou grande escala da dignidade do jovem negro, no seu aspecto cultural, religioso, estético, fisiológico. É a perda de sua vida (Eduardo, 28 anos).

A frase acima evidencia a forma como os fejunianos identificam que para além da violência física, o extermínio consiste na violação ao direito da manifestação cultural, na violação ao direito de ser reconhecido e respeitado como é, ou seja, estes apontam que a juventude negra sofre cotidianamente com o desrespeito à sua essência e a sua própria existência.

Diante da percepção da constante ameaça aos projetos de vida dessa juventude, o FEJUNES destaca que os principais agentes responsáveis pela prática do Extermínio consistem no tráfico de drogas e armas e no próprio Estado, pois ambos geram alternativas provisórias ou insuficientes para garantia da dignidade de vida para grande parte da população pobre, de periferia e negra.

Existem dois responsáveis (pelo extermínio): o tráfico de drogas e o Estado. O tráfico pelo desestímulo que causa nestes jovens em continuar estudando e gozando da adolescência e juventude e por se responsabilizar em matar os jovens, caso não andem na linha [...]. O Estado, porque não garante estímulo para manter o jovem na escola, encaminhamento ao emprego, lazer para que esses não procurem outros caminhos como o tráfico e a criminalidade, e por não evitar o extermínio provocado pelo tráfico e, às vezes acaba se cometendo este extermínio, seja matando ou colocando em depósitos humanos, que é o caso dos nossos presídios (Eduardo, 28 anos).

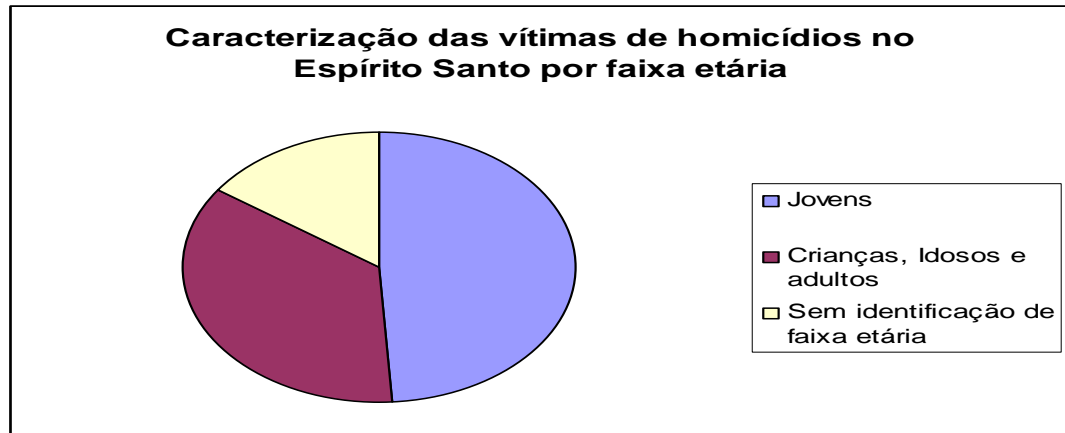
Na frase acima, o Estado é destacado como um dos responsáveis pelo extermínio da juventude negra em virtude de sua omissão frente a efetivação de políticas públicas universais e ações afirmativas, dificultando a alteração dos indicadores em relação à renda, bem como a conjugação de forças que alterem a condição de vulnerabilidade e risco social em que os jovens estão inseridos.

De acordo com Alves (2006) a inoperância dos poderes constituídos com relação às políticas públicas que visem à igualdade racial, e a efetivação da justiça social,

impedem a garantia dos mais elementares direitos humanos da grande maioria do povo brasileiro. E é diante desta constatação que diversos grupos e movimentos sociais passam a reivindicar junto ao Estado ações públicas de atenção a essas demandas, numa perspectiva mais democrática, humanizada e sensível às necessidades da população pobre e negra.

Tendo em vista tais considerações manifestadas pelo FEJUNES, foi realizada pesquisa junto a Secretaria de Segurança Pública (SESP) para obtenção de dados que permitissem a identificação concreta dos jovens vítimas de violência<sup>8</sup> no estado do Espírito Santo. Neste sentido, ao analisarmos os dados estatísticos da SESP no período de 23 de março de 2009 à 01 de fevereiro de 2010<sup>9</sup> ficou identificado que ocorreram 1740 homicídios no Estado, sendo que desse total, 853 são jovens com idade entre 15 e 29 anos, 619 compreendem adultos, idosos e crianças e 268 eram pessoas sem identificação de faixa etária. Desta forma, a morte de jovens compreende 49,02% das taxas de homicídios ocorridos em todo o estado neste período.

Gráfico: 1



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo Período 23/03/2009 à 01/02/10

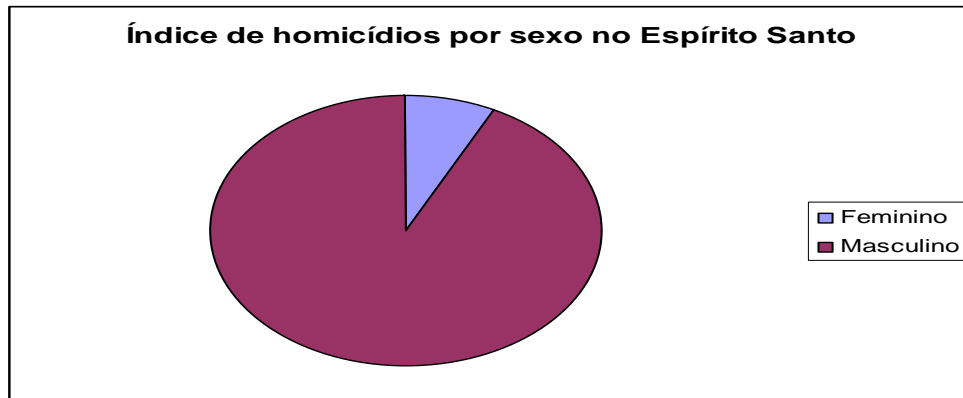
Ao dissociarmos os dados acerca dos homicídios cometidos contra a juventude foi identificada a supremacia de homicídios praticados contra jovens do sexo masculino,

<sup>8</sup> Estes dados captados junto a SESP são atualizados toda 5ª feira. A fonte de tais informações são provenientes do Centro Integrado Operacional de Defesa Social (CIODES) e esses dados estão sujeitos a alterações pela Gerência de Estatística e Análise Criminal da SESP. Fonte: [www.sesp.es.gov.br](http://www.sesp.es.gov.br).

<sup>9</sup> Os dados obtidos junto à SESP foram captados no site desta secretaria. E os cadáveres identificados são aqueles que chegaram ao DML até às 23h. do dia 01 de fevereiro de 2010 à 04:30h. do dia 23 de março de 2009.

que representavam 787 ocorrências, sendo que as mulheres jovens compreendiam 66 casos. Ou seja, 92,38% dos casos correspondem a assassinatos de homens jovens. No entanto, uma consideração importante acerca dos homicídios contra as mulheres é que o número de ocorrência se eleva em progressões assustadoras nos últimos anos, e no Espírito Santo esta situação está mais expressa em mulheres com idade à partir de 25 anos.

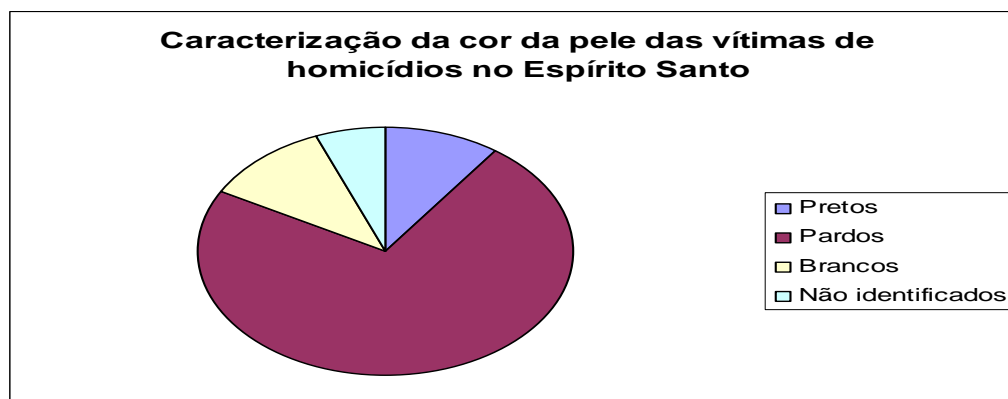
Gráfico 2



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo Período 23/03/2009 à 01/02/10

Quando nos atentamos a aspectos acerca da raça e etnia dos jovens vítimas de homicídios, os homens pretos e pardos do sexo masculino se constituem nas maiores vítimas. E o percentual que dá visibilidade à tal situação é que a morte de jovens brancos compreende 10,08% e a taxa de homens pretos e pardos compreende 76,44% dos índices de homicídios.

Gráfico 3



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo Período 23/03/2009 à 01/02/10

É interessante destacar que alguns jovens não tiveram a cor da pele identificada por conta de problemas como avançado estágio de decomposição do corpo, ou mesmo por falhas na SESP para identificação dos corpos.

Tabela 1 – **Sexo e raça das vítimas de homicídios no Espírito Santo**

| MASCULINO  |       |       |            | FEMININO  |       |       |            |
|------------|-------|-------|------------|-----------|-------|-------|------------|
| Branco     | Preto | Pardo | não ident. | Branca    | Preta | Parda | não ident. |
| 86         | 78    | 574   | 49         | 6         | 7     | 48    | 5          |
| Total: 787 |       |       |            | Total: 66 |       |       |            |

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo Período 23/03/2009 à 01/02/10

O quadro acima indica que tanto no sexo masculino quanto no feminino o índice de vitimização de pessoas da cor parda é maior que 70%. E quando agregamos as pessoas de cor preta e parda de ambos os sexos, esse percentual sobe para 82,88%.

Os dados obtidos junto a SESP indicam ainda que há uma leve queda nas taxas de homicídios de jovens com idade à partir de 27 anos em todas as categorias de cor. E esta queda é perceptível também nas faixas etárias de 15 à 16 anos. Entretanto, os homicídios de jovens de 17 à 26 anos, principalmente para os jovens pardos apresenta saltos consideráveis.

Esta constatação deve estar associada a percepção de que é nesta faixa etária que ocorre o maior número de evasão escolar e é também quando a juventude assume a perspectiva de se inserir no mercado de trabalho.

Gráfico 4

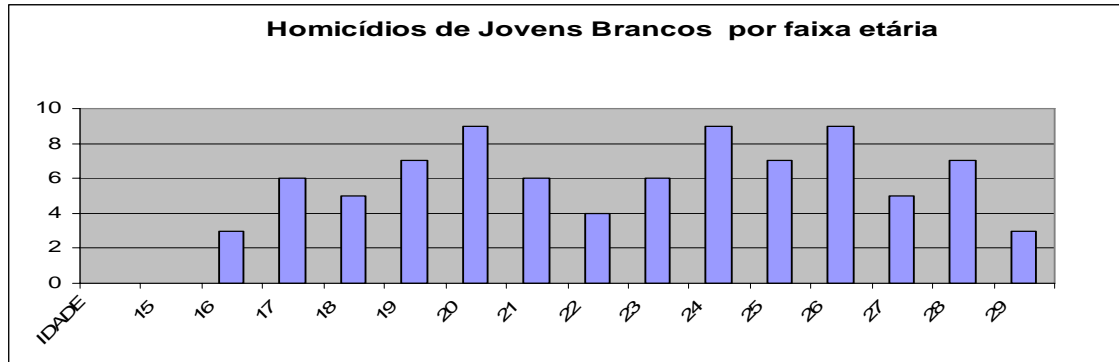


Gráfico 5

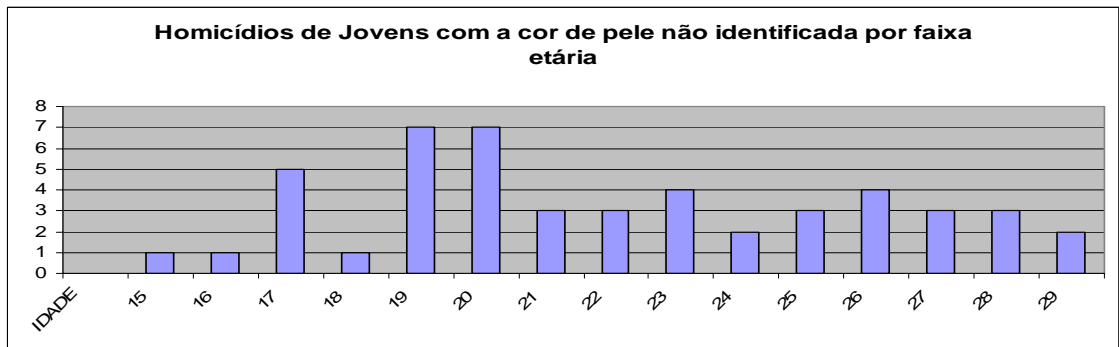


Gráfico 6 –

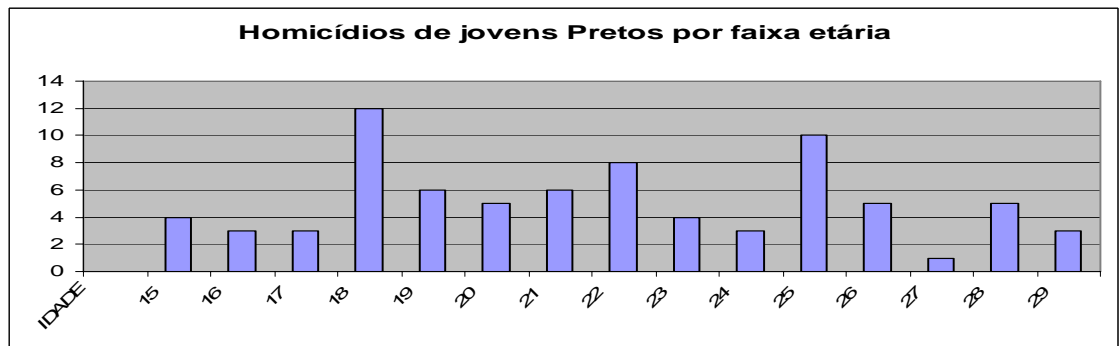
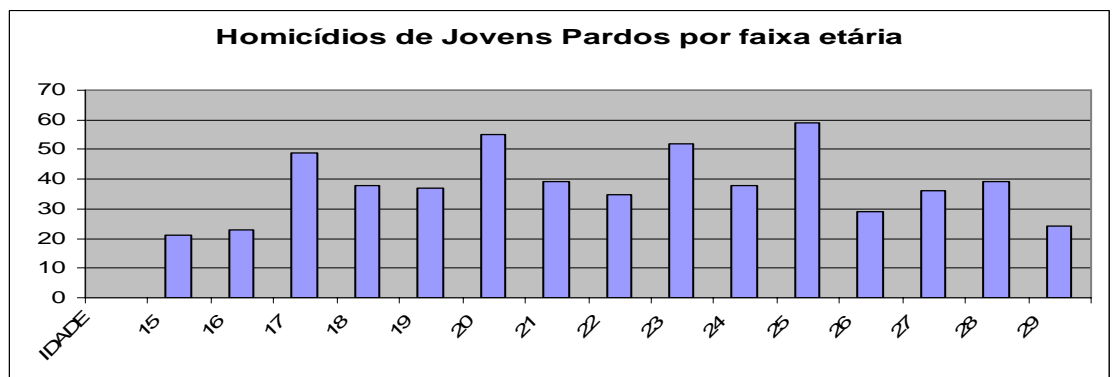


Gráfico 7



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo Período 23/03/2009 à 01/02/10

Não há como não reconhecer que as condições de vida à qual a população negra está submetida possuem complexa e estreita interface num conjunto que indica os indivíduos mais propícios a vidas drasticamente rompidas, pois ao considerarmos os dados que retratam a violência e a vitimização da população negra no Espírito Santo novamente concluímos que os negros estão em situação bastante fragilizada.

As mortes de jovens, pobres e negros se tornaram cotidianas e foram banalizadas. Muitas das chacinas na periferia são justificadas pelas autoridades como brigas por drogas, como se os usuários de drogas devessem morrer [...]. No Brasil, a desigualdade se apresenta até na hora da morte (ALVES, 2006)

Os dados obtidos junto a SESP, não descrevem, as motivações que culminaram nos assassinatos, mas a mídia local expressa que muitos dos homicídios ocorridos neste período no estado, foram cometidos pela juventude contra a juventude, na guerra travada entre traficantes e policias nas comunidades populares. Em ambos os casos o ponto de divergência concentra-se no trafico de drogas e armas, seja na perspectiva de repressão ou na disputa pelo controle da comercialização deste produto.

Nota-se então que o Estado de direito ainda é uma busca para a população negra, reivindicada pelos movimentos sociais negros, principalmente na perspectiva da equidade e justiça social, tão necessárias para a dignidade e segurança das vidas e projetos pessoais.

As pessoas não acreditam nas instituições, por isso temos visto com freqüência os linchamentos, homicídios e outras formas de violência que poderiam ser evitadas se a polícia e a justiça tivessem maior atuação e credibilidade. Além disso, a impunidade no Brasil é muito grande. Só 2% dos crimes são esclarecidos e os responsáveis punidos. Com relação aos homicídios, só 5% são resolvidos (ALVES,2006).

É então à partir da violação aos direitos da juventude negra, materializadas através do extermínio às representações simbólicas de sua cultura, bem como no extermínio letal que subtrai pessoas, famílias e projetos de vida, que o FEJUNES confirma a existência do extermínio programado da juventude negra capixaba.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições que a Juventude Negra organizada trás à realidade capixaba motiva-nos a refletir sobre as condições de vida desta população, percebendo que para além da violência letal estes estão submetidos à um tipo silencioso de violência que os oprime e os ferem na sua subjetividade e integridade.

Como o contexto sócio-econômico e político que o coletivo questiona ainda possui pequena aderência às suas reivindicações, esses jovens buscam forças junto aos demais movimentos sociais, na perspectiva de encaminhar com as demandas do povo negro. Sendo assim, esses destacam o quanto é necessário uma atenção que considere as diferenças e desvantagens vivenciadas pela população negra no Espírito Santo resguardando-os no acesso a serviços públicos de qualidade para constituição de sonhos e projetos de vida para além do que é colocado hoje como possível.

O FEJUNES contribui ainda trazendo para a sociedade a necessidade de discussão acerca dos direitos humanos pela ótica do respeito à diferença, como parte preciosa da constituição do povo brasileiro. Além disso, trás a realidade capixaba a necessidade de discussão e implementação da Lei nº 7.723/2004 que institui a política estadual de promoção da igualdade racial, além da necessidade de ser revista a política que ordena a postura da mídia que corrobora o ideário que criminaliza tanto os movimentos sociais quanto a população pobre, negra e de periferia. É interessante destacar que são construídas alternativas pelo movimento negro para enfrentar a opressão da grande mídia, a exemplo as rádios comunitárias, a imprensa negra e as diferentes estratégias de comunicação que denunciam o racismo e a discriminação étnico racial.

É através de uma atuação conjunta que o FEJUNES vem se consolidando na afirmação de uma problemática expressa numa realidade de abrangência mundial, onde as pessoas dominadas por concepções padronizadas dividem, separam e mutilam as possibilidades de aceitação e convivência pacífica junto à diversidade dos seres humanos. Ou seja, mais do que defenderem um país mais justo e igualitário à população negra, esses defendem uma realidade onde a cor da pele não seja critério

classificador para constituição de amizades, confiança, autonomia, respeito e efetivação de direitos.

É interessante observar a intensidade que o FEJUNES vem se organizando no Espírito Santo, numa busca que pretende fazer com que não só o Estado, mas a sociedade repense suas práticas e posturas fortemente emolduradas pelo racismo estruturado nas instituições sociais. E essa luta é concretizada através de uma perspectiva legítima, pois não se realiza somente nas atividades de rua, desenvolvendo-se também em espaços de controle social, em instâncias que organizam a construção de políticas públicas e principalmente nas periferias do estado.

Diante de toda esta discussão a juventude negra aponta a relevante necessidade de constituição de novas posturas, onde o sistema de privilégios seja banido das relações sociais e o Estado seja de direito à todos. Neste sentido, políticas públicas e ações afirmativas se constituem em alternativas possíveis a constituição de novas posturas, comportamentos e percepções acerca da vida e da condição humana, e ao serem incentivadas práticas que estabeleçam a igualdade e o respeito aos direitos humanos e fundamentais é possível se aproximar um pouco mais da igualdade racial.

Essa juventude negra propõe que seja dispensado um cuidado especial na elaboração e execução de políticas públicas voltadas a este segmento, considerando seus aspectos e condições históricas de vida. Os estudos e diagnósticos acerca da violência urbana devem ir além das análises acerca das perdas patrimoniais, pois devem compreender o fenômeno da violência expresso na brutalidade da vida, na pobreza, nas carências, na marginalização e na exclusão de grupos sociais considerando também as perdas simbólicas do povo em questão.

O FEJUNES através da campanha contra o extermínio da juventude negra, trás a tona uma discussão que apesar de vasta, não se perde em meio a multiplicidade de fatores de acarretam a violência. Neste sentido, este coletivo se propõe a levar à sociedade uma reivindicação que vai além da discussão meramente sistemática da violência, pormenorizando os fundamentos e as expressões que dão corpo e ao mesmo tempo ocultam as relações desiguais entre os indivíduos, naturalizando o que é permitido ser bom ou mal.



É a partir destes pressupostos que o FEJUNES convoca a sociedade à tal debate, evidando esforços para que suas reivindicações comprometam os gestores na efetivação de políticas públicas que tenham componentes que possam ir além da garantia do direito econômico, mas que chegue também a realização e efetivação dos direitos sociais, civis e humanos.

A discussão que este coletivo trás à tona, não se esgota nestes breves trechos escritos, tampouco em artigos ou estudos bibliográficos. Isso porque é rica em oportunidades de aprendizado, onde somente quem vivencia a prática em defesa destas demandas conseguem mergulhar numa fantástica sensação de descoberta de sua verdadeira essência. E esta foi uma constatação interessante acerca dos jovens militantes do FEJUNES, pois esses puderam sentir em suas vidas a dor e a beleza de ser quem realmente são, aprendendo a fazer da vida algo que não seja um fim por si só, mas, sim algo que tenha uma dimensão social e coletiva no sentido de trazer esperança e sentido à vida de muitas pessoas.

Neste sentido, é possível afirmar que retomar a sua auto estima, resgatar a sua identidade étnico racial e ocupar espaços políticos conquistados à partir de um processo de conscientização, fortalece o potencial criador desta juventude negra cansada de ser denegrada ou desvalorizada. Essa juventude ao se inserir na discussão política vivenciam o controle social e a construção de um projeto integrador que envolve os poderes constituídos e a sociedade de um modo geral, pois o que se pretende com toda esta movimentação é sem sombra de dúvidas o fim do extermínio da juventude negra e a constituição de uma cultura livre do racismo e das discriminações e desigualdades.

Enfim, as considerações apresentadas pelo FEJUNES permitem concluir que a negação aos direitos da população negra brasileira, está fortemente relacionada às práticas emolduradas pelo racismo nas relações e instituições sociais, culminando sobremaneira na efetivação do extermínio programado da juventude negra.

## 9 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ariel de Castro. **Racismo e extermínio de jovens**. Revista Adital: 28.11.06 – BRASIL. 2006. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=25616> acesso em 17 de janeiro de 2010.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **O Planejamento de pesquisas qualitativas em educação**. In: Cadernos de Pesquisa. Nº 77, São Paulo, maio de 1991.

BADENES, Francisco. **Império da Lei: Justica Federal decreta a dissolução Judicial da Scuderie Detetive Le Cocq.** Disponível em: [https://www.mpes.gov.br/anexos/centros\\_apoio/arquivos/14\\_2100151455192006\\_Scuderie%20detetive%20le%20cocq.pdf](https://www.mpes.gov.br/anexos/centros_apoio/arquivos/14_2100151455192006_Scuderie%20detetive%20le%20cocq.pdf). Acesso em 25/02/10 às 18:30h.

BASTOS M de JRP. **Analise Ecológica dos acidentes e da Violência Letal em Vitória/ES**. Revista Saúde Pública 2009; 43(1): 123-32. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43n1/7295.pdf>. Acesso em 24/07/09 às 09:25h.

BATISTA, Luís Eduardo. ESCUDER, Maria Mercedes Loureiro. PEREIRA, Julio Cesar Rodrigues. **A cor da morte: causas de óbito segundo características de raça no Estado de São Paulo, 1999 a 2001**. Rev. Saúde Pública, 2004. Acessado: [http://www.saude.sp.gov.br/resources/profissional/aceso\\_rapido/gtae/saude\\_pop\\_negr\\_a/a\\_cor\\_da\\_morte\\_portugues.pdf](http://www.saude.sp.gov.br/resources/profissional/aceso_rapido/gtae/saude_pop_negr_a/a_cor_da_morte_portugues.pdf). Em 14 de janeiro de 2010. às 12:38h.

BENTO, Maria Aparecida Silva. BEGHIN, Nathalie. **Juventude negra e exclusão radical**. In: políticas sociais - acompanhamento e análise | 11 | ago. 2005. IPEA. Brasília. 2005. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps\\_11/ENSAIO4\\_Maria.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_11/ENSAIO4_Maria.pdf). Acesso em 23 de janeiro de 2010, às 22:40h.

CARDOSO, Marcos Antônio. **O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CASTRO, Jorge Abrahão de. AQUINO, Luseni. (Org.) **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Texto para discussão nº 1335. Brasília: IPEA, abril de 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Uma Ideologia Perversa**. Folha de São Paulo, São Paulo, 14.03.1999. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc\\_1\\_4.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc_1_4.htm). Acesso em 20 jan. 2009.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: **Revista Brasileira de Educação**. Nº. 24, Rio de Janeiro Set./Dec. 2003.

FEJUNES. **Relatório da Campanha Contra o Extermínio da Juventude Negra**. Vitória. 2009

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Global Editora. 48ª edição. São Paulo. 2006.

GOMES, Ana Maria Rabelo, FARIA, Eliene Lopes, BERGO, Renata Silva. **Sobre o Projeto e o processo de pesquisa na elaboração de monografias**. S/d. Disponível em: [http://sureco.grude.ufmg.br/moodle\\_externo/mod/resource/view.php?id=2491](http://sureco.grude.ufmg.br/moodle_externo/mod/resource/view.php?id=2491). Acesso em 13/02/2010 às 15:30h.

IBGE BRASIL. **PNAD 2008**: Mercado de trabalho avança, rendimento mantém-se em alta, e mais domicílios têm computador com acesso à Internet .18 de setembro de 2009. disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1455&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1455&id_pagina=1). Acesso em 25 de fevereiro de 2010 às 19:21h.

IPEA. **Retrato das desigualdades de Gênero e Raça**. 3ª edição. Brasília: IPEA: SPM:UNIFEM, 2008. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/081216\\_retrato\\_3\\_edicao.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/081216_retrato_3_edicao.pdf) . Acesso em 17/01/2010 às 15h.

IPEA. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Mário Theodoro (org.) Luciana Jaccoud Rafael Guerreiro e Osório Sergei Soares / Brasília, 2009.

MEIRA, Vivian de Souza. **Juventude, Cidadania e Violência**: Um estudo sobre as perspectivas dos jovens de comunidades populares da Serra. UFES: Vitória, ES.2007.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Editora Atica, 1989.

MIRANDA, Nilmário. **A Ação dos Grupos de Extermínio no Brasil**. DHnet. Disponível em [http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/nilmario/nilmario\\_dossieexterminio.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/nilmario/nilmario_dossieexterminio.html). Acesso em 11 de fevereiro de 2010. às 17:17h.

MOTTA, Alfredo Dolcino. **Violência Institucional: O Estado gerador de criminalidade**. Disponível em: <http://www.uff.br/direito/artigos/artigo1.htm>. acesso em 21 de fevereiro de 2010 às 17:56h.

NEI/UFES. **Pesquisa aponta tráfico de drogas como maior causa da violência na Grande Vitória**. Disponível em: [http://www.fcaa.com.br/sitenovo/noticias/lernoticia.asp?retorno=listamaisnoticias.asp&cd\\_noticia=451](http://www.fcaa.com.br/sitenovo/noticias/lernoticia.asp?retorno=listamaisnoticias.asp&cd_noticia=451). acesso em 21 de fevereiro de 2010 às 18:58h.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, **Índice de Homicídios na Adolescência**: Análise preliminar dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. Programa de Redução da Violência Letal. Brasília, 2009.

OLIVEIRA, Fátima. **Ser negro no Brasil: alcances e limites**. Temas em debate. Estud. av. vol.18 no. 50 São Paulo Jan./Apr. 2004. *SCIELO/Brasil*. 23/02/2004. disponível em: [https://www.mpes.gov.br/anexos/centros\\_apoio/arquivos/14\\_2100151455192006\\_Scuderie%20detetive%20le%20cocq.pdf](https://www.mpes.gov.br/anexos/centros_apoio/arquivos/14_2100151455192006_Scuderie%20detetive%20le%20cocq.pdf). Acesso em 25/02/2010 às 14:20h.

PRAVDA.Ru. **33,2% da população negra vive abaixo da linha da pobreza no Brasil**. Disponível em: <http://va.vidasalternativas.eu/?p=1153> Aceso em 2 de janeiro de 2010 às 22:02h.

RODRIGUES, Rute Imanishi. **Moradia Precária e Violência na Cidade de São Paulo**. Texto para discussão nº 1187 – IPEA, Rio de Janeiro: maio de 2006. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/pub/td/2006/td\\_1187.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2006/td_1187.pdf) Acesso em 20 de janeiro de 2010 às 16:06h.

SILVA, Rodnei Jericó da. CARNEIRO, Suelaine. **Violência Racial: Uma leitura sobre os dados de homicídios no Brasil**. São Paulo: Géledes Instituto da Mulher Negra. 2009.

SHERER-WARREN, Ilse. **Das ações Mobilizações às redes de movimentos sociais**. REVISTA SOCIEDADE E ESTADO, Brasília, v.21, 206., p. 109-130.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania**: Para uma sociologia Política da Modernidade Periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

THOMAZ, Cláudio. ZIMBWE, Thais (orgs.). **ENJUNE. Encontro Nacional de Juventude Negra**: Novas perspectivas na militância Étnico/racial: Bahia, 27 a 29 de julho de 2007: Relatório Final, 2008.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros**. Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. OIE, 2008.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência IV**: os jovens do Brasil. Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, SEDH, 2004.

WAISELFISZ, Julio Jacobo (Coord.) **Juventude, Cidadania e Violência**: Os jovens de Brasília. Brasília: UNESCO, Cortez Editora. 1998.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Extermínio Juvenil**. In: Gêneros; Jovens buscam equidade nas relações dentro e fora da Escola. Revista Onda Jovem. Ano 5. Número 07. Dezembro de 2009 à fevereiro de 2010.

**ANEXOS**

## **ANEXO A . Roteiro da Entrevista aplicada nos jovens do FEJUNES**

Quais são as formas de atuação do FEJUNES para combater as desigualdades sócio raciais no contexto capixaba?

O que é o Extermínio da juventude negra?

Como você percebe este extermínio na realidade capixaba?

Quem são os principais agentes responsáveis pelo extermínio da Juventude Negra?

Descreva quem são as vítimas em potencial deste extermínio.

Quais são as propostas para o combate ao extermínio da juventude negra?

Quais são suas formas de atuação para combater o extermínio da juventude negra?

Através de sua atuação junto ao FEJUNES você tem percebido a redução neste extermínio?

O que falta para reduzir o extermínio da juventude negra?

Como você se percebeu enquanto negro ou negra?

Como as instituições sociais trabalham a questão étnico-racial?

O Estado tem absorvido as demandas da juventude negra?

**ANEXO B .  
DOCUMENTO INSTITUCIONAL DO FÓRUM ESTADUAL DA JUVENTUDE NEGRA  
DO ESPÍRITO SANTO – FEJUNES**

**Organização e Funcionamento**

**1. Missão**

Organizar a Juventude Negra do Estado do Espírito Santo numa perspectiva autônoma, afrocentrada, quilombola, militante, protagonista, democrática, combativa e de resistência, na luta anti-racista, contra qualquer forma de opressão e pela Emancipação do povo negro.

**2. Objetivos Estratégicos**

- 2.1. Aglutinar a Juventude Negra do Espírito Santo, no intuito de se constituir como um espaço de atuação política e de formação;
- 2.2. Lutar e construir mecanismo de resistência contra o Extermínio Programado da Juventude Negra;
- 2.3. Pautar a luta da Juventude no Estado do Espírito Santo, ocupando os espaços de discussão e decisão Negra política;
- 2.4. Construir uma Plataforma de luta no enfrentamento ao racismo e pela emancipação da Juventude Negra;
- 2.5. Consolidar e desenvolver um Plano de Ações, tendo em vista a cumprir a sua missão e seus objetivos estratégicos;
- 2.6. Interagir com os demais movimentos sociais na luta pela superação das desigualdades sócio-raciais e contra as atuais estruturas dominantes;
- 2.7. Possibilitar a criação de espaços de formação da juventude negra.

**3. Participantes**

3.1. Será considerado/a participante do Fórum Estadual da Juventude Negra toda e qualquer pessoa negra que se reivindicar pertencente e que comparecer as Plenárias Ordinárias do FEJUNES, seguindo os princípios e normas estabelecidas neste documento e no Regimento Interno. E para coordenação, o postulante devesse possuir idade entre 15 a 29 anos.

3.2. Os/as participantes serão cadastrados/as pela Coordenação do Fórum, a título de organização e comunicação.

**4. Coordenação**

4.1. O Fórum Estadual da Juventude Negra do Espírito Santo – FEJUNES será dirigido por uma Coordenação que representará seus interesses políticos e conduzirá parte dos seus trabalhos.

4.2. Essa Coordenação será composta por dezoito membros, divididos nas seguintes funções:

- 4.2.1. Coordenação de Formação;
- 4.2.2. Coordenação de Mulheres;
- 4.2.3. Coordenação de GLBT;
- 4.2.4. Coordenação de Portadores de Deficiência;
- 4.2.5. Coordenação de Quilombolas;



- 4.2.6. Coordenação de Movimentos Sociais;
- 4.2.7. Coordenação de Articulação Institucional;
- 4.2.8. Coordenação de Religiões de Matriz Africana;
- 4.2.9. Coordenação de Cultura;
- 4.2.10. Coordenação de Acesso a Educação de Qualidade;
- 4.2.11. Coord. Políticas Públicas, Ações Afirmativas e de Reparações;
- 4.2.12. Coordenação de Comunicação Social;
- 4.2.13. Coordenação de Trabalho e Tecnologia;
- 4.2.14. Coordenação de Meio Ambiente;
- 4.2.15. Coordenação de Saúde;
- 4.2.16. Coordenação da Região Metropolitana;
- 4.2.17. Coordenação da Região Sul;
- 4.2.18. Coordenação da Região Norte;
- 4.3. A Composição destas Coordenações levarão em conta os critérios de gênero e de interiorização do Fórum, com recorte de no mínimo 30% por gênero; (aprovada).
- 4.4. O detalhamento de cada função será previsto no Regimento Interno do Fórum.
- 4.5. A Coordenação realizará uma Reunião Ordinária Mensal, podendo convocar Extraordinárias quanto se fizer necessário.
- 4.6. Cada Coordenação constituirá Comissões entre os demais participantes, no intuito de desenvolver as ações previstas.

## **5. Eleição**

5.1. A Coordenação do FEJUNES será eleita nos Encontros Estaduais convocados para este fim e gozará de um mandato de dois anos, conforme o Regimento Interno. Em caso de vacância será convocada uma plenária extraordinária para preenchimento de vagas.

## **6. Encontro Estadual**

6.1. O Encontro Estadual da Juventude Negra acontecerá todo ano e será convocado e organizado pela Coordenação e seus objetivos serão definidos em Plenária. Em um ano, ocorreria o Encontro para propiciar a integração, formação, articulação e comunicação entre os jovens negros e no ano seguinte, ocorreria a apresentação dos resultados dos trabalhos e eleição da nova coordenação do fórum.

6.2. O Encontro Estadual é instância soberana do FEJUNES, sendo constituído como espaço de definição de Organização e Funcionamento, Plataforma e Plano Luta e Ações e eleições da Coordenação.

## **7. Plenárias Ordinárias**

7.1. As Plenárias Ordinárias do FEJUNES acontecerão bimestralmente, conforme agenda prévia e ocorrerão preferencialmente de forma itinerante em todas as regiões do estado, onde todos/as integrantes terão direito de participar.

7.2. As Plenárias Ordinárias serão espaços de apresentação, discussão e deliberação das ações do FEJUNES, obedecendo aos princípios e deliberações indicados pelo Encontro Estadual.

7.3. O FEJUNES também poderá convocar Plenárias Extraordinárias, caso seja necessário.

## **8. Plano de Ações**

**8.1.** O Fórum terá um Plano de Ações com diversas tarefas e diretrizes que serão executadas por seus membros, através das instâncias de organização estabelecidas.

**8.2.** Esse Plano de Ações observará a Missão e os Objetivos Estratégicos do Fórum e contará com a disciplina dos/as seus/suas participantes para ser executado.

## **9. Formação**

**9.1.** O Fórum elaborará um Plano de Formação para a Juventude Negra Capixaba. Este Plano contemplará as discussões pautadas pelo Movimento Negro e pelas especificidades da Juventude Negra e será desenvolvido através de Grupos de Discussão; Seminários de Formação, Disponibilização de Textos, debates virtuais etc.

## **10. Representação Nacional**

**10.1.** O FEJUNES empreenderá esforços na articulação e organização da Juventude Negra Brasileira, participando dos Fóruns Nacionais de discussão e deliberação política deste segmento.

Colatina/ES, 30 de Setembro de 2007.